



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES- FICS
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO.**

LEANDRO MOREIRA MACIEL

**ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O
TRABALHO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM
SOCIAL NA ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA NO DISTRITO FEDERAL**

**Assunção- Paraguai
2020**

LEANDRO MOREIRA MACIEL

**ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O
TRABALHO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM
SOCIAL NA ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

**Assunção- Paraguai
2020**

LEANDRO MOREIRA MACIEL

**ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O
TRABALHO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM
SOCIAL NA ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA NO DISTRITO FEDERAL**

Aprovado:

Prof. Dr. Carlino Iván Morinigo

Prof. Dra. Susana Barbosa Galvão

Prof. Dr. Cristiano Siqueira do Nascimento

Prof. Dr. Ismael Fenner,

**Assunção- Paraguai
2020**

Dedico este trabalho aos meus familiares, cujo apoio incondicional e amor foram a força motriz que me impulsionou durante toda a jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte da minha força e inspiração, por guiar cada passo desta jornada acadêmica e conceder-me sabedoria para enfrentar os desafios.

À minha amada família, cujo amor e apoio foram alicerces fundamentais para minha trajetória. Agradeço por serem minha fonte constante de encorajamento e compreensão.

Aos queridos colegas de turma, compartilhamos risos, desafios e conquistas. Cada um de vocês enriqueceu essa experiência, tornando-a inesquecível.

Agradeço aos dedicados professores, que não apenas transmitiram conhecimento, mas também incentivaram meu crescimento acadêmico e pessoal. Suas orientações foram fundamentais.

À respeitável Instituição de Ensino FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES- FICS e ao meu orientador Prof. Dr. Carlino Iván Morinigo, meus sinceros agradecimentos por proporcionar o ambiente propício ao aprendizado e desenvolvimento.

Aos amigos, verdadeiros companheiros de jornada, agradeço por estarem presentes nos momentos bons e ruins, partilhando alegrias e apoiando-me nas adversidades.

A todas as pessoas que colaboraram, direta ou indiretamente, para o sucesso deste trabalho, meu profundo agradecimento. Cada contribuição foi valiosa e fez diferença no alcance deste objetivo.

Este trabalho é resultado do esforço conjunto e do apoio de muitos, e por isso expresso minha gratidão a todos que fizeram parte dessa jornada.

RESUMO

Este projeto de pesquisa, se propõe a analisar o “O Trabalho do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) na Atenção à População em Situação de Rua, mediante o objetivo geral: Analisar a atuação das equipes de Abordagem Social no atendimento à População em Situação de Rua do Distrito Federal em conjunto com a análise da administrativa de tal prática. Em seguida os objetivos específicos que irão complementar ao longo da pesquisa serão: Apontar as principais demandas para o Serviço Especializado de Abordagem Social; identificar os encaminhamentos realizados pela equipe da abordagem para a população em situação de rua; elencar os principais desafios das equipes no atendimento à população de rua do Distrito Federal. A escolha do tema tem por motivação aprofundar e divulgar mais acerca do exercício profissional das equipes, que atuam nas regiões do Distrito Federal. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica qualitativa, que busca compreender sobre as estratégias e intervenções adotadas pelos profissionais, logo os sujeitos da pesquisa serão compostos por quem atuam nos espaços públicos e nas demais regiões do DF, por fim serão apresentadas os resultados e discursões obtidos durante a experiência de estágio, e informações atribuídas através do tema proposto.

Palavras chaves: Administração. Serviço de Abordagem social, População em Situação de Rua. Distrito Federal.

ABSTRACT

This research project proposes to analyze the "The Work of the Specialized Social Work (SEAS) in the Care of the Homeless Population, through the general objective: Analyze the performance of the Social Work teams in the care of the Homeless Population of the Federal District. Then the specific objectives that will complement throughout the research will be: Point out the main demands for the Specialized Social Approach Service; Identify the referrals made by the approach team for the homeless population; List the main challenges of the teams in serving the street population of the Federal District. The choice of theme has the motivation to deepen and disclose more about the professional exercise of the teams, which operate in the regions of the Federal District. This is a qualitative research, having as instrument for data collection the application of a questionnaire in order to understand about the strategies and interventions adopted by professionals, then the research subjects will be composed of those who work in public spaces and other regions of the Federal District, finally the results and discussions obtained during the internship experience will be presented, and information attributed through the proposed theme.

Key words: Administration. Specialized Social Approach Service, Homeless People; Federal District.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CADÚnico- Cadastro Único
 CAPs-Centro de Atenção Psicossocial
 CENTRO POP: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
 CF 88 Constituição Federal de 1988
 CIAMP-Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política de Rua
 CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social
 CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
 CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 DISEFI- Diretoria Especializada em Familiares e Indivíduos
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 IPÊS-Instituto Sócio Cultural, Ambiental e Tecnológico de Projetos de Economia Solidária
 LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social
 MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MNCR-
 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis MNPR:
 Movimento Nacional e População de Rua
 OSCs- Organização da Sociedade Civil
 PAEFI-Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Familiares e Indivíduos
 PAIF- Programa de Atenção Integral à Família
 PNAS- Política Nacional de Assistência Social
 PNPR-Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua
 PSR: População em Situação de Rua
 PSE- Proteção Social Especial
 PSB-Proteção Social Básica
 SCVF-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
 SEAS: Serviço Especializado em Abordagem Social SEDES-
 Secretaria de Desenvolvimento Social
 SUAS- Sistema Único de Assistência Social
 SUS- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
OBJETIVO GERAL.....	13
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
 CAPITULO I.....	 14
CONTEXTO HISTÓRICO POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	14
1.1 QUESTÃO SOCIAL, EXCLUSÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA...17	17
1.2 PLANO DIRETOR, ADMINISTRAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO E SUSTENTABILIDADE.....	22
CAPITULO II.....	23
CONCEITO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMPREENSÃO DO FENÔMENO.....	27
PANDEMIA E ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	33
CAPITULO III.....	36
POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	39
POLÍTICAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL VOLTADAS AO ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	44
O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL: ARTICULAÇÃO COM AS DEMAIS REDES ASSISTENCIAIS.....	47
METODOLOGIA.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
BIBLIOGRAFIA.....	69

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a analisar o trabalho do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), tendo como ênfase o atendimento local direcionado pessoas que estão vivendo em situação de rua. Para isso, é importante compreender o fenômeno social População em Situação de Rua, que está envolto em dimensões variadas.

Um dos dados oficiais divulgado mais recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em março de 2020, mostra que a população em situação de rua cresceu consideravelmente, chegando a quase 222 mil brasileiros morando nas ruas, estes dados indicam a importância do tema, na complementação dos estudos já publicados, tendo como base principal a proporção do crescimento desta da população dado ao contexto social marcado pela desigualdade, pela crise socioeconômica, influência do álcool e das drogas. Uma vez compreendendo a realidade vivenciada por este público, sendo assim então possível adotar estratégias específicas diante das experiências desta população.

Todo este processo foi ainda mais intensificado pelo cenário pandêmico e de crise econômica, com isso o número de pessoas invisíveis as políticas sociais, dispararam em um quadro muito grave do enfraquecimento da saúde, moradia, segurança alimentar. Tudo isso demonstra ao nível de precarização entre as camadas da população, em particular estas que diariamente estão em extrema pobreza, para uma melhor compreensão do assunto, será discutido ao decorrer dos capítulos, conceitos sobre o tema assim como as ações estratégias em consonância com a formulação das políticas públicas.

Dentro da concepção da proteção social o Serviço Especializado em Abordagem Social é uma unidade referenciada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e junto à população usuária da rede de assistência social, garantir os direitos sociais. No atendimento público em situação de rua, é importante a articulação com as demais políticas setoriais, e a avaliação e monitoramento em conjunto aos profissionais, servidores, especialistas, que atuam nesta área. Deste modo serão elencados no decorrer da pesquisa, a existência de serviços e instituições no Distrito Federal que atendem as pessoas em situação de rua. Cabe a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), executar tais políticas públicas como a oferta de serviços socio assistenciais, dentro do plano de acompanhamento entre o usuário e a equipe técnica, entre as unidades públicas de assistência social especificamente o Centro de Referência (Centro POP), que realizam um serviço de Proteção Especial de Média Complexidade no atendimento à População em Situação de Rua.

Conforme os dados disponibilizados em 2020 pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), no Distrito Federal há mais de 2 mil pessoas em situação de rua, deste total 152 são crianças e 59 adolescentes, o que pode ser fator de vulnerabilidade para outros tipos de violência nas ruas como o tráfico infantil, exploração sexual, direcionado ao público infanto-juvenil que estão expostas a situações de risco.

Portanto diante desta constatação, os dados acima revelam também a invisibilidade social que este perfil de faixa etária vivência diariamente nas ruas. Vale ressaltar que, independentemente da idade, esta pessoa tem algum em comum a situação de vulnerabilidade, sobretudo dependem das ruas para a sua sobrevivência.

Na tentativa de investigar o trabalho realizado principalmente pelo SEAS, o estágio na DISEFI, acabou que consolidando na decisão por um tema com instancias sociais, propiciando um conhecimento significativo no campo da Política de Assistência Social. Ademais estas foram as bases de aproximação, que puderam melhor elucidar a construção da pesquisa, tendo como centralidade a população em situação de rua,

Mediante o exposto, o objetivo geral da pesquisa é identificar a atuação das equipes de Abordagem Social no atendimento à População em Situação de Rua do Distrito Federal.

A partir deste contexto a intenção é abordar as potencialidades não exploradas no que se refere ao operar das equipes volantes que atende essa população, sob tal perspectiva o trabalho destes profissionais possibilita uma condição de acolhida na rede socioassistencial.

Destacam-se os seguintes objetivos específicos: apontar as principais demandas da população em situação de rua, recebidas ao Serviço Especializado de Abordagem Social, apontar os principais encaminhamentos realizados pela equipe da abordagem para a população em situação de rua, e por fim, elencar os desafios das equipes de abordagem social no atendimento à população em situação de rua no Distrito Federal.

A pesquisa em questão deve-se à necessidade de aprofundamento do estudo, pois é um assunto pouco explorado em artigos e escritas acadêmicas, e assim capaz de fornecer novas fontes de pesquisa que possam trazer um direcionamento sobre a População em Situação de Rua (PSR).

A forma de acesso desta população até ao SEAS, deve ser compreendida além dos atendimentos feitos nos espaços das ruas, bem como técnicas alinhadas aos serviços tipificados por níveis de complexidade, sendo pilares essenciais na operacionalização das ações. Estes serão alguns dos pontos discutidos para uma

melhor compreensão do tema, e que por meio das informações obtidas, poderão traduzir os resultados condizentes ao exercício dos profissionais e demais servidores que atuam na perspectiva de acessibilidade a esta população.

Buscando subsidiar uma reflexão acerca do tema de forma mais ampla e direta, as referências bibliográficas aqui apresentadas foram conduzidas com base teórica de autores como Yamamoto, Sposatti, Potyara, entendendo que as discussões elaboradas pelos mesmos irão enriquecer esse trabalho.

Também foram utilizados materiais e acervos, banco de teses e dissertações (CAPES), revistas eletrônicas do Serviço Social (Temporalis, Ser Social), entre outros documentos publicados sobre a população em situação de rua incluindo a biblioteca digital do Centro Universitário Projeção. Desse modo, essa pesquisa tem bases qualitativas, logo, as técnicas adotadas na pesquisa irá subsidiar nos procedimentos estrutura correta trabalho, sob esta ótica de pesquisadores como Marconi e Lakatos (2010) que ressalta a comunicação e a escrita sendo elementos primordiais na relação ao tema de estudo, principalmente aplicada a pesquisa bibliográfica.

Este trabalho está estruturado em três capítulos sendo no Capítulo I: há uma breve contextualização do seu conceito e origem, de acordo com os determinantes históricos o capítulo frisa os principais marcos do seu surgimento e evolução, neste mesmo capítulo é abordado outros tópicos que enfatizam a questão social impulsionada pelo sistema capitalista, e assim levando em múltiplas manifestações de pobreza e desigualdade social. A partir da caracterização da questão social, está em curso a pandemia da Covid-19 abordado no último item do capítulo I, que trouxe impactos no sistema de saúde, e econômico do país, e como é refletido sob os grupos em situação de vulnerabilidade e risco social. Autores e obras que tem um destaque perante alguns conceitos, especialmente no que tange a questão social.

Em seguida é exposto o Capítulo II, nesta etapa foi descrito a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e seus reflexos atuais visando a atender as demandas desta população.

O Capítulo III é destinado a dar sequência ao capítulo anterior, dado a formulação de políticas públicas direcionadas a estas pessoas, assim a gestão de atendimento dos serviços do Centro Pop, CREAS, Segundo a tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais, no ano de 2009, no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

Por fim quarto e último capítulo é direcionado em responder o objetivo central da pesquisa, em relação a atuação dos profissionais do Serviço de Abordagem Social do Distrito Federal, para tanto identificando os principais canais de acesso e atendimento a pessoas em situação de rua, bem como os desafios e novas

demandas no espaço de trabalho.

OBJETIVO GERAL:

Abordar o conceito e caracterização da População em situação de rua.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apontar as principais demandas para o Serviço Especializado de Abordagem Social;
- Identificar os encaminhamentos realizados pela equipe da abordagem para a população em situação de rua;
- Elencar os principais desafios das equipes no atendimento à população de rua do Distrito Federal.

PROBLEMA DE PESQUISA:

Esta dissertação de pesquisa, se propõe a analisar o “O Trabalho do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) na Atenção à População em Situação de Rua no Distrito Federal.

CAPITULO I

CONTEXTO HISTÓRICO POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Ao abordar o conceito e caracterização da População em situação de rua, é necessário primeiramente conhecer a singularidade destas pessoas, para então fluir uma postura diferente, embora existam algumas questões com os quais são mais complexas de se compreender, é importante para a sociedade, e o próprio estado ter consciência social, em nome daqueles que estão diariamente expostos a o espaço da rua. Do ponto de vista histórico, não obstante as pessoas de rua são vistas muitas vezes como perigo e risco, sob o viés de pré-julgamento, dado ao simples fato de estra na rua, e não possuir uma moradia convencional como as demais pessoas na sociedade. Com isso surgem também alguns termos referidos a estes grupos, por muito tempo foi considerado uma expressão “adequado” a exemplos como “mendigo”, “sem teto” entre outros, tal forma errônea de falar é refletida diretamente ao um senso comum muitas vezes pejorativo.

Portanto as expressões linguísticas as quais eram usadas, passaram por mudanças, assim analisado por Quintão (2017, p 25) que a partir do decreto da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053,2011) a denominação “morador de rua” foi substituída por “pessoas em situação de rua”, de modo a compreender que essa pode não ser uma realidade/situação definitiva mais sim transitória. A existência desta população assim como o campo de forças em que este fenômeno se situa, atrelado a raízes históricas e ao mesmo tempo em contraste com a época atual.

Sob este processo podemos afirmar que

A situação de rua sempre esteve presente nas cidades, do mundo antigo á contemporaneidade, provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, público e sociais. A existência da população de rua possui ligação estreita com os processos de urbanização, de crescimento das cidades e concomitantemente com o desenvolvimento do capitalismo. Tal condição de existência guarda marcas de profundas desiguais. (PEREIRA 2009, p.191).

Neste sentido entende-se uma visão mais ampla da realidade em que se apresenta, vista como um conjunto de fatores que se relacionam uns como os outros, logo a sua conceituação pode ser definida tendo como pano de fundo a realidade dos sujeitos em situação de rua,

De acordo com Silva (2006, p .71).

O fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas.

Diante da análise observasse uma permanente posição de vulnerabilidade e pobreza, por parte desta população. Portanto “o fenômeno” população em situação de rua, assim como é classificado pela autora, está presente ao longo dos séculos sobretudo com o capitalismo.

Dando sequência ao movimento histórico acima, outros autores expõem sua análise acerca do provável início da existência de pessoas em situação de rua. Assim como Silva (2006) cita que no processo de origem da PSR, o surgimento da sociedade pré industrial na Europa, contribuiu para um rápido crescimento deste segmento populacional, não ficando restrito apenas na Europa, mas em todo mundo, conforme se expandia calhava com a dualidade social promovida pelo capitalismo. A autora avança em sua análise, afirmando que estes contrastes teve um impacto maior sob o cenário urbano.

Cabe aqui mencionar que no Brasil, os fatores históricos aconteciam em decorrência de da mão de obra escravizada. Com base nisso ainda na sociedade pré-industrial brasileira, o fim do regime escravocrata, um grande volume de pessoas viria a ocupar os espaços das cidades, a fim de suprir a mão de obra para então atender as demandas das grandes industriais. (CERQUEIRA 2011).

Registra-se que neste período de transição, os contrastes tornaram-se comum em vista da exploração do trabalho, resultando em condições miseráveis de vida. Ao tratar desta perspectiva autores como Marx criticavam as relações capitalistas de produção, o que de fato esta relação principalmente de poder tinha sentido somente para a classe dominante, as teorias de Marx referiam-se a uma dinâmica de exploração da classe trabalhadora.

A historicidade sócio cultural brasileira teve muitos aspectos em particular que foram essenciais os acontecimentos futuros, que marcaram a origem deste segmento populacional, tendo como exemplo o processo da abolição da escravidão no ano 1888, como aponta Reis(2008) porém esta nova realidade, incidiu com que as ruas ficassem cheias de ex escravos libertos, a experiência da então “liberdade” acabou sendo momentânea e confusa, pois por vezes estes ex escravos se vinham sem rumo visto que experimentavam a ausência de moradia e trabalho, com isso as

ruas, e becos das cidades, era um local mais acessível diante daquela condição imposta. Após o fim do sistema escravocrata surgiu uma considerável parcela da sociedade sem ocupação e meios de trabalho, principalmente referente a população negra e pobre, com isso muitos destes indivíduos eram rotulados por perigosos, mendigos e vadios.

A elite os considerava sob a lógica de delinquentes e vadios, e por isso precisava ser “controlada” por leis rígidas e de caráter punitivo.

Conforme afirma Reis (2008, p.38):

Na década de 50, com o aumento gradual da pobreza, o Estado com o objetivo de “Proteger” sua população passou atuar por meio das Delegacias de Vadiagem e Mendicância, reprimindo e retendo os “maus indivíduos” da sociedade, uma vez que a Lei das Contravenções Penais ainda era vigente. [...].

Ademais, cabe frisar que a economia brasileira se fortalecia durante a década de 50 como aponta Reis (2008), com isso houve um aumento expressivo de migração em massa da população do campo para os centros urbanos, fruto das demandas de mão de obra na cidade paulista. Ainda segundo Reis, a escolha por São Paulo ocorreu pela forte influência da industrialização e urbanização, por ser uma cidade de crescente expansão na época, recebeu uma concentração significativa de pessoas e famílias, haviam negros (ex escravos) mestiços e imigrantes europeus, com isto estas pessoas, embarcavam na esperança de melhores condições de vida e na promessa de oferta de emprego, ainda que tivessem que se submeter a condições insalubres de mão de obra, conforme a demanda da indústria paulistana.

Entretanto como aponta Cerqueira (2011) a migração destas famílias indivíduos aconteceu de fato subitamente, de modo que não havia oportunidades e espaços para alocar todos, muitos destes escravos quando vieram para os centros urbanos, perderam a sua fonte de renda, os ex-escravos tiveram muitas dificuldades em executar determinadas técnicas no contexto das produções do mercado industrial, o que acabou colaborando para um alto índice de desemprego, por justamente não acompanhar o mesmo ritmo de trabalho na capital. Dado este cenário o sistema capitalista, e a substituição de mão de obra escravizada, propiciou na então polaridade entre ricos e pobres, em conjunto com a segregação de negros libertos, por fim será introduzido nos demais capítulos o da questão social na

sociedade

brasileira

1.1 QUESTÃO SOCIAL, EXCLUSÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao pensar em população em situação de rua, é necessário compreender o seu processo histórico, e como se deram os principais conceitos referenciados a esta população, os diferentes processos de exclusão social que permanece até dias atuais. Entre as concepções aqui apresentadas a realidade vivenciada por estas pessoas revela um caráter excludente e complexo, marcado pelas expressões da questão social tais como: extrema pobreza, criminalidade, violência, preconceito, e a desvalorização da força de trabalho, fatores estes inseridos na realidade desta população, sendo a desigualdade social consolidada sob o modo de produção capitalista tornando ainda mais evidente a desigualdade das relações sociais.

Vários autores utilizaram uma linguagem própria de forma a alinhar o seu ponto de vista, e assim expressão em suas obras/artigos, uma visão crítica e que narra esta realidade da sociedade. Entre eles podemos destacar aqui Castel(1998) e Maria Lucia Lopes Silva, Camila Potyara, Iamamoto que problematizam em seu debate as expressões da questão social em uma lógica da acumulação capitalista, e também Aldaíza Sposati(1999), que desenvolve uma tese conceitual do real significado de pobreza.

Sob a interpretação da autora Iamamoto a Questão Social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO,1999, p.27).

Partindo do pressuposto do que é a questão social, pode se afirmar que a mesma ocorre por meio do empobrecimento da classe operária, em razão do capitalismo. Certamente a questão social está ligada a forma desigual que as riquezas são produzidas e repartidas, com isso ao indicar os seus desdobramentos na sociedade brasileira, é preciso entender que a questão social possui reflexos sobre o morar na rua, sobretudo nas pessoas que nela se encontram.

Seguindo desta mesma afirmação acerca modo de vida da população Iamamoto evidencia um cenário composto por inquietações e complexidades advinda na relação capital e trabalho destacando que:

A questão social não é somente as expressões dos processos de

formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repreensão. (IAMAMOTO 1991, p.77)

Sendo que a população em situação de rua também é fruto das expressões da questão social, afinal ela é incluída ao processo de desigualdade, preconceito e exclusão.

Outro autor traz contribuições importantes é Robert Castel (1998) onde o mesmo cita a questão social teve um destaque e relevância a partir das sociedades pré indústrias da Europa Ocidental, os operários chegam a demasiada exploração/intensificação de mão e obra e a não garantia dos direitos, em virtude do processo de industrialização e desigualdades geradas pelo capitalismo. A classe trabalhadora passa a questionar ausência do estado e as condições que ela era submetida diariamente diante de uma tensão, ocorre ainda uma junção de seus interesses coletivos, iniciando uma correlação de forças entre a classe operária, possibilitando assim uma nova percepção política e social.

(Silva 2009) explicita que as expressões da questão social presentes no capitalismo, acentuada pela desigualdade social, e também a precarização das questões sanitárias relativas ao bem-estar da população, por conta destes fatores a questão social não pode ser entendida apenas como feito único, ou seja é algo ainda permanente e gradativo visto ao longo da formação da sociedade.

Conforme já mencionado a exclusão social tem fortes influências de raízes históricas e desde então ela é presente na sociedade. A exclusão social é vista como algo natural, restrita apenas a uma parcela da população, a priori daqueles sujeitos que são excluídos da sociedade, por diversos motivos sejam eles pela condição monetária inferior, exclusão patológica, gênero e etnia, exemplos como estes que são reproduzidos repetidamente ao longo da sociedade, as pessoas em situação de rua em especial são submetidas a um quadro ainda maior de desigualdade social, isso ocorre devido a uma disparidade socioeconômica no país.

Exclusão social refere-se a situações de privação e desvantagem, mas não se limita à privação material. Pode-se ser excluído sem ser pobre. Os idosos, as pessoas com deficiência, os negros, as mulheres e outras minorias sociais, são em muitas circunstâncias, excluídos da participação efetiva da sociedade a qual pertencem (...)

Em síntese está relacionado também ideia de minoria em que estes indivíduos²⁸ encontram, sendo eles a ausência e o não acesso a direitos básicos como: moradia, alimentação, segurança e dignidade.

Como destaca Sposatti (1999) no seu sentido mais amplo, atribuído as características de cada indivíduo, como cor, sexualidade, sexo, cultura e dentre outros. A autora afirma que a exclusão social é mais que puramente a pobreza, são múltiplos fatores que somados dão a ideia de minoria. Ao abordar o conceito exclusão social na sociedade brasileira, não se trata de um fenômeno novo, pois o mesmo está inerente as primeiras formações capitalistas, a ideia de “excluído” remete a figura de pessoas cujo no passado era denominado de andarilhos, viajantes, e de indivíduos eram de fato completamente exilados do convívio em sociedade.

Por estes fatores somados se faz necessário a observação de cada elemento citado, tanto a pobreza quanto a exclusão social são resultantes da questão social, portanto está relacionada também a ideia de minoria em que estes indivíduos se encontram, sendo que eles vivenciam a ausência e o não acesso a direitos básicos como; moradia, alimentação, segurança e dignidade, esta “restrição” mostra uma privação da riqueza produzida socialmente, onde tal desequilíbrio predomina entre os mais pobres e vulneráveis.

De acordo com Lamamoto, a questão social se faz no dia a dia das pessoas, se faz no viver em sociedade, e é marcada por contradições expressas por meio de classes sociais.

As questões sociais podem ser expressas de diversas formas, quando pensamos as experiências vividas pela família Castro, pode-se destacar a dificuldade de acesso ao ensino, o fato da família estar sem renda, a chegada de mais um bebê, como fatores que corroboram com o conceito de questão social e que nesse sentido, indicam também as desigualdades sociais e as contradições sociais, visto que, vivemos em uma sociedade onde muitas famílias Castro lutam diariamente para sobreviver, enquanto poucos desfrutam dos benefícios do sistema capitalista, que explora e omite tal exploração.

Cabe dizer que essa situação não é exclusiva a atualidade, mas sim, como dito anteriormente, histórica, diante disso, “cabe ao profissional compreender as influências sócio, histórico, política e econômica, bem como, propor mecanismos de resposta a essa emergente demanda e como isso incide sob o cotidiano desta Política e mais especificamente para o universo interventivo do Serviço Social.”

A “questão social”, é uma questão desigual, o assistente social tem seu trabalho relacionada a uma questão social que é pautada na desigualdade e na contraditoriedade, a pandemia do covi-19 acentua a cada dia mais a questão social, as desigualdades sociais.

Números, História, institutos diversos comprovam que a desigualdade social cresce ano a ano, e o trabalho do assistente social está a cada dia mais, pressionado, pois existe um sistema econômico que impulsiona tais desigualdades.

Reverter essa situação só será possível quando a sociedade como um todo, voltar seu olhar para o outro, para os outros.

A medida que se alcança o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente é preservado, assim como também o homem tem os riscos inerentes aos impactos ambientais reduzidos.

Daí a necessidade do crescimento/desenvolvimento com responsabilidade, algo que não altera a lucratividade e o progresso de empresas e produtos.

Estamos cada vez mais preocupados com o eu, como o nosso próprio bem, solidariedade nesse contexto, é um elo perdido, o outro pouco ou nada nos importa. Estamos cada vez mais preocupados e empenhados em projetar e alcanças um futuro promissor, e não nos perguntamos, por vezes não fazemos nada para ajudar o outro a também alcançar um futuro positivo.

O consumismo aparece ao lado do individualismo, enquanto estamos preocupados em consumir, em desfrutar de tecnologias cada vez mais avançadas, enquanto estamos preocupados em consumir os produtos sempre atualizados que o mercado nos oferece, não percebemos ou não queremos perceber a desigualdade social que se acentua cada dia mais.

Nesse emaranhado de relações contraditórias, a modernidade arranja soluções e provoca a própria crise, isso nos mostra a quão contraditória é a sociedade.

Uma sociedade que vivencia uma modernidade questionável, uma sociedade onde muito nada tem, e poucos desfrutam de suas benéficas.

Ao mesmo tempo que temos a falsa impressão que o mundo está progredindo, se desenvolvendo, se modernizando, vivemos em um mundo marcado por angustias, por precariedade econômica, ecológica, social.

E onde está o desenvolvimento, o progresso? Certamente eles existem em alguma medida, afinal não podemos negar o quanto setores como a ciência, a medicina, por exemplo, vem avançando e ajudando a sanar problemas que até então não eram possíveis de serem solucionados.

Entretanto esses avanços não estão acessíveis para todos, e quando estão, sabemos da burocracia, morosidade que se tem de enfrentar para acessa-los.

É nesse sentido, é diante dessas problemáticas que questionamos, que colocamos em pauta a noção, o modo como lidamos e enxergamos o presente.

O presente é frágil, é contraditório, o presente ao mesmo tempo que se mostra positivo para alguns se mostra angustiante para outros. O presente é uma via de mão dupla, e demos estar atentos para refletir e atuar diante a essas nuances.

Ao discutir os meandros pelos quais perpassa a ideia de tornar possível, formas de desenvolvimento sustentável, para isso teremos como base teórica as reflexões empreendidas por José Eli da Veiga, de acordo com ele:

Por isso, em última instância, o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção e um projeto. Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluem-te, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Tudo indica que a ideia do desenvolvimento não perderá a sua centralidade nas ciências sociais do século que se inicia. Mais do que nunca precisamos enfrentar as abismais desigualdades sociais entre nações e dentro das nações e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis e deletérias¹.

O desenvolvimento está relacionado a cultura, pois é através da cultura que se constroem projetos de desenvolvimento social.

No entanto, essa cultura é constantemente influenciada por elementos que derivam da ideia de desenvolvimento, nesse sentido, noções como as de individualismo, consumismo, minam a cultura da solidariedade por exemplo, e os projetos colocados em prática expressam esse posicionamento individual e consumista tido por diversos sujeitos sociais.

Nesse contexto VEIGA nos alerta para a relação entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento ecológico, não podemos conceber em separada do desenvolvimento ecológico.

Assim, “A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. VEIGA, 2005, p 214)

A sustentabilidade, a efetivação de um desenvolvimento sustentável só poderá acontecer quando nos atentarmos para a necessidade de aliar o cuidado, proteção, ao meio ambiente, ao setor econômico, sem esquecer das desigualdades sociais.

¹ VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável –desafio do século XXI Rio de Janeiro, Garamond, 2005, p 214.

Desse modo, indica-se que as empresas analisadas no AP 1, fazem uso² de elementos que corroboram com as ideias de preservação ambiental e sustentabilidade.

1.2 Plano Diretor, Administração e Saneamento Básico e Sustentabilidade.

Ao pensar as nuances que compõe planos diretores, devemos ter em mente que o Plano Nacional de Saneamento Básico está estipulado em âmbito federal, nesse sentido, indica-se:

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) consiste no planejamento integrado do saneamento básico considerando seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, e possui o horizonte de 20 anos (2014 a 2033). O Plansab foi aprovado pelo Decreto nº 8.141 de 20 de novembro de 2013 e pela Portaria Interministerial nº 571 de 05 de dezembro de 2013 e sua elaboração foi prevista na lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico – Lei nº 11.445, regulamentada pelo Decreto nº 7.217 - Devendo ser avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos².

O saneamento básico inclui o abastecimento com água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo, e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

No entanto, ressalta-se que por vezes o mesmo não é cumprido pelos governos em voga, levando a precariedade na vida de diversas pessoas.

A administração pública, segundo Hely Lopes Meirelles, é uma instituição regradada é fundamentada, existente independente de governo, com toda a reforma no aparelhado do estado, as prestações dos serviços públicos oferecidos a sociedade devem ser feitas com eficiência, pois são eles a máquina governativa, pagam impostos, fazem contribuições esperando que o serviço público tenha resultados adequados e de qualidade.

Instituições seja governamentais, municipais, estaduais ou federais, para ser prestados o Estado pode fazê-lo direta ou indiretamente, atendendo milhares de trabalhadores, essas organizações devem oferecer serviços de qualidade, Chiavenatto

² Informações obtidas no site: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>

(2000, pag, 33) diz que: atender com qualidade significa estar comprometido com ações eficazes no tratamento com o outro é o prazer no trabalho são a mola propulsora para o desenvolvimento, sempre tendo como meta a satisfação de quem utiliza é quem presta o serviço.

Serviço público de qualidade é aquele que não se refere somente ao aspecto físico está relacionado também ao atendimento cumprindo os princípios contidos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL,Artigo-37), IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE e EFICIÊNCIA, regidos por essa constituição os servidores não são definidos, apenas expõe normas que devem ser cumpridas.

As organizações públicas têm sido desafiadas com as frequentes transformações no ambiente em que estão adentradas, principalmente quanto a melhoria do serviço público oferecidos ao cidadão. Chiavenatto (2008) diz: é fundamental que a Administração adote políticas focadas essencialmente pela profissionalização e pelo reconhecimento do servidor público para atender aos papéis do Estado de caráter regulatório de acordo com os agentes sociais, políticos e econômicos, além do aperfeiçoamento nas funções públicas. Sem pessoas motivadas, treinadas e administradas, não haverá prestações de serviços com qualidade, pessoas precisam estar integradas com o trabalho (essencialmente saber e amar o que fazem) com a cultura da empresa. (COUTINHO, 1994).

Percebe-se que a administração pública, sofre diversos desafios ocorrendo principalmente na gestão de recursos humanos, no serviço público essa gestão se objetiva em adaptar as ideias a administração pública gerencial aos servidores públicos, melhorando os processos de recursos humanos, dentre isso realizaremos o subsistema de provisão da instituição.

As empresas cada vez mais precisam estar se adaptando as mudanças ocorridas no ambiente externo, exigindo que a parte de Recursos Humanos esteja trabalhando mais, a fim de recrutar e selecionar o melhor candidato a função (Chiavenatto, 2002), seguiremos explicando como deve ser feita a provisão na instituição pública hospitalar.

Nas organizações hospitalares o setor público nos processos de contratação de recrutamento e seleção, focaliza no cargo e não nas competências, do modo em que são descritos esses cargos acabam deixando de lado as competências. A provisão, ocorre em aprovação em concurso público, sendo o requisito necessário da investidura, dando sentido ao princípio da "impessoalidade", permitindo somente cidadãos "habilitados" ingressem na carreira da funcionalidade estatal como citado na (Constituição Federal- Art 37).

Nesse sentido, indica-se a importância de administrar de forma construtiva, algo

Do latim *gestio*: ato de gerir, de gerência, de administração. Toda vez que procuramos uma conceituação, uma filiação teórica subjacente ao conceito de gestão, verificamos que esse conceito está associado à ideia de administrar. Por essa razão, é preciso distinguir entre os conceitos de *gestar* e *administrar*. Qualquer empresa, seja grande, seja pequena, seja rural, seja urbana, pode fazer gestão. Isso deve ficar bem claro. O que é, então, administrar? Se *gestão* é *gestar*, administrar, do latim *administro*, é a ação de dirigir, atuar como administrador, administração e gerência; esse último já havia sido citado na definição de gestão. Então, se *gestão* é *gestar*, administrar é *gestar* e gerenciar. São estas palavras que se complementam para que se possa entender os conceitos de *gestar* e *administrar*, ou seja, há uma condição intercambiável entre os significados dos termos '*gestão*' e '*administração*'. Vários autores, os quais discutem a origem dessas palavras, entendem que elas são intercambiáveis e, ao mesmo tempo, substituíveis; por esta razão é que os conceitos de ambas devem ser definidos de forma interdependente. Se pretendemos *gestar*, devemos administrar o processo e, se pretendemos administrar, devemos *gestar* este mesmo processo. Então, *gestar* é lançar mão de todas as funções e de todos os conhecimentos necessários para, por meio de pessoas, atingir os objetivos de uma organização de forma eficiente. Reforçando: Se desejamos *gestar* ambientalmente um empreendimento, qualquer que seja, qualquer área que seja, tanto rural quanto urbano, tanto médio quanto pequeno ou grande, podemos nos valer de todos aqueles conhecimentos e funções que temos, por meio das pessoas que temos, para atingir os objetivos desse empreendimento de forma eficiente. Estamos preocupados, nesta disciplina, com a gestão ambiental. Poderíamos estar preocupados com a gestão de pessoas... Para minimizar esta preocupação, devemos ter claro que, ao mesmo tempo em que ao *gestar* estamos construindo um olhar interessante daquilo que eficientemente queremos atingir como objetivo de um empreendimento, ao administrar, precisamos pensar os processos³.

Gestão indica administração, e essa gestão deve acontecer e qualquer empresa, independente do seu ramo ou porte, uma boa gestão, administração, pode ser decisiva nos rumos que essa empresa tomará.

Desse modo, uma empresa que possui bons gestores, administradores, pensam todos os processos referentes a ela, logo, quando as ações da mesma interferem no meio ambiente, por exemplo, um gestor ambiental capacitado pensa e elabora dinâmicas para que a relação da empresa com o meio ambiente se dê de forma positiva.

Assim, o plano de melhorias indica também pensar em medidas sustentáveis. A sustentabilidade, a efetivação de um desenvolvimento sustentável só poderá acontecer

³ Fundamentos em gestão ambiental [recurso eletrônico] / organizadora Marlise Amália Reinehr Dal Forno ; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 86 p.: pdf, p 10-11.

quando nos atentarmos para a necessidade de aliar o cuidado, proteção, ao meio ambiente, ao setor econômico, sem esquecer das desigualdades sociais.

26

No entanto, a problemática do desenvolvimento passou de moda e o seu status acadêmico é cada vez mais marginal. As razões são múltiplas. A teologia do mercado, que faz hoje a cabeça de muitos economistas, torna redundante o conceito de desenvolvimento. Por sua vez, os adeptos da ecologia profunda teimam em considerar o crescimento econômico como um mal absoluto, quaisquer que sejam as suas modalidades e os usos sociais do seu produto. Por fim existem os desencantados do desenvolvimento, que apontam o fracasso bastante geral das políticas que se reclamavam do desenvolvimentismo para justificar o abandono puro e simples do conceito do desenvolvimento, visto por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países periféricos⁴.

VEIGA, nos fala sobre a necessidade de retomarmos as discussões sobre o desenvolvimento, os debates sobre o desenvolvimento precisam voltar a fazer parte dos debates, pesquisas acadêmicas.

O desenvolvimento não é um conceito que carrega em si um fim próprio, o desenvolvimento não é um processo, uma prática, ou ação social imutável, ele é um processo contraditório e discussões sobre as tramas pelas quais ele se faz, merece ser levada para o debate, merece investimentos de pesquisa que tragam para pauta reflexiva a necessidade de pensarmos formas de sustentabilidade social, ecológica, econômica.

Não podemos deixar que essas discussões sejam deixadas de lado, não podemos deixar que elas caiam na marginalidade, é para a necessidade de trazê-las novamente ao centro de discussões, que o autor busca instigar.

Do mesmo modo, VEIGA chama nossa atenção para o cuidado que devemos ter ao refletir sobre o desenvolvimento, não podemos tornar nossas discussões redundantes, e também não podemos atribuir ao desenvolvimento todo o mal social.

Fazer isso seria no mínimo um ato leviano de nossa parte, o desenvolvimento não é responsável pelas desigualdades sociais, econômicas, o desenvolvimento por si só, não é responsável por problemas ecológicos, dentre outros.

Afinal, o desenvolvimento não é um ser vivo que sai por aí, devastando o ecossistema, por exemplo.

O que estamos questionando e chamando a atenção para as deficiências, é para o mal-uso que se faz dos elementos possibilitados pelo desenvolvimento.

⁴ VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável –desafio do século XXI Rio de Janeiro, Garamond, 2005, p 215.

Já falamos em tópicos anteriores sobre os avanços científicos que são cada vez mais necessários na nossa sociedade, o desenvolvimento tem aspectos positivos, benéficos, entretanto precisamos utilizá-lo de forma sustentável, devemos nos atentar para a sustentabilidade social, para que assim o desenvolvimento seja vivido de acordo com a definição do termo propõe. Desse modo:

O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do processo e da mudança que provocam. (VEIGA, 2005, p 85)

O processo de desenvolvimento pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade, e um deles é a possibilidade que dá para a expansão das capacidades humanas.

Ao expandir nossas capacidades, ao expandir nosso modo de olhar o mundo, a sociedade, o dia a dia, as relações que construímos em sociedade, temos também a possibilidade de agir sobre elas e desse modo melhorar nossas condições.

Essa expansão de capacidade deve ser entendida como o alargar do olhar, da mente, o alargar do olhar crítico, que visualiza problemas e age sobre eles.

Podemos assim, fazer nossas escolhas, escolher de acordo com o que julgamos ser o certo, pois temos bases políticas e teóricas para fazer isso.

Somos agentes de todos os processos históricos, assim como nossos antepassados foram agentes dos processos históricos que vivenciaram, e ao ser agentes, somos sujeitos ativos dos processos sociais, e é diante disso, que devemos atuar visando a sustentabilidade.

Na atualidade é cada vez mais necessário que empresas de todos os ramos busquem inovar e se adaptar as necessidades do mercado, com responsabilidade social, ambiental e visando a sustentabilidade.

Nesse sentido, entendo que o processo histórico é um constante movimento marcado por transformações, embates, limites, contradições, e construção de novas possibilidades.

Logo, devemos atuar para que nossa sociedade passe de uma sociedade individualista, consumista, marcada pelo isolamento de classes sociais, pela angústia que o sistema capitalista nos impõe, para uma sociedade sustentável e desenvolvida, tal como a ideia de desenvolvimento busca se apresentar.

CAPITULO II

CONCEITO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMPREENSÃO DO FENÔMENO.

Ao abordar o conceito e caracterização da População em situação de rua, é necessário primeiramente conhecer a singularidade destas pessoas, para então fluir uma postura diferente, embora existam algumas questões com os quais são mais complexas de se compreender, é importante para a sociedade, e o próprio estado ter consciência social, em nome daqueles que estão diariamente expostos a o espaço da rua. Do ponto de vista histórico, não obstante as pessoas de rua são vistas muitas vezes como perigo e risco, sob o viés de pré-julgamento, dado ao simples fato de estra na rua, e não possuir uma moradia convencional como as demais pessoas na sociedade. Com isso surgem também alguns termos referidos a estes grupos, por muito tempo foi considerado uma expressão “adequado” a exemplos como “mendigo”, “sem teto” entre outros, tal forma errônea de falar é refletida diretamente ao um senso comum muitas vezes pejorativo.

Portanto as expressões linguísticas as quais eram usadas, passaram por mudanças, assim analisado por Quintão (2017, p 25) que a partir do decreto da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053,2011 a denominação “morador de rua” foi substituída por “pessoas em situação de rua”, de modo a compreender que essa pode não ser uma realidade/situação definitiva mais sim transitória.

De acordo com a publicação do o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a caracterização da População em Situação de Rua poder ser definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL,2008, p.08).

Ao explorar as particularidades que envolvem a realidade destas pessoas, Mota (2005, p. 4 apud VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1994, p.95- 98) identifica três situações que descrevem a condição de “moradia” seja ela permanente ou provisória sendo:

- As pessoas que ficam nas ruas: configuram uma situação circunstancial, e por isso é baseada a fatos antecedentes que motivaram a aquela decisão,
Motivado por uma oportunidade de trabalho ou não, até mesmo a chegada em uma nova cidade a procura de outros meios de subsistência. Nestas situações ainda não é estabelecido um vínculo comunitário com as ruas, pois é tido como apenas um breve local de descanso, normalmente costumam ser em espaços como rodoviárias e albergues.
- As pessoas que estão nas ruas: São aquelas que não consideram a rua tão ameaçadora, por sua vez já não há um sentimento de medo, pois conhecem os limites e regras de convivência destes espaços, e conseqüentemente possuem seus próprios meios de renda e sobrevivência.
- As pessoas que são da rua: compartilham semelhanças com os conceitos anteriores, a autora ainda frisa, os problemas de saúde que devido ao uso de substâncias psicoativas, podem predispor uma maior incidência de fatores relacionados a fragilidade da saúde física, e mental, assim como a exposição constante a fatores de risco como a violência presentes no contexto da rua

Logo pode se afirmar a diferença entre os termos, aonde existe uma pluralidade de fatores em meio a realidade desta população. Mota (2005) afirma que as contradições sociais são expostas diariamente sem muito esforço, assim como o campo de forças em que este fenômeno se situa, logo a pobreza ainda atua de forma expressiva na sociedade.

A respeito das características das pessoas em situação de rua no Brasil, nota-se uma diversidade de dados sobre os determinantes que envolvem estas pessoas. Fruto de constantes mudanças no perfil, fato é que a população adulta em situação de rua é majoritariamente masculina, entretanto essa condição vem passando por mudanças como prova verifica-se crescimento do público feminino em situação de rua, e que por sua vez estão mais suscetíveis e expostas a violência em relação aos homens.

Entretanto é importante destacar que dentre os estudos já publicados, em uma revê comparação das pesquisas divulgadas, a primeira delas intitulada como a

Pessoas que passam as noites dormindo nas ruas, sob marquises, em praças, embaixo de viadutos e pontes são consideradas pessoas em situação de rua. Além desses espaços, também são utilizados locais degradados, como prédios e casas abandonados e carcaças de veículos, que têm pouca ou nenhuma higiene.

Os “moradores de rua” são um grupo heterogêneo, isto é, pessoas que vêm de diferentes vivências e que estão nessa situação pelas mais variadas razões. Há fatores, porém, que os unem: a falta de uma moradia fixa, de um lugar para dormir temporária ou permanentemente e vínculos familiares que foram interrompidos ou fragilizados. As características citadas, foram conceituadas em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Social como os fatores intrínsecos à condição de rua e constam na Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Pode-se aqui destacar, baseada nas pesquisas realizadas, o perfil da população em situação de rua no Brasil. O primeiro ponto a se destacado é a questão do gênero, pois, a imensa maioria de quem vive nas ruas são homens. Do total dessa

População, 82% é masculina. De toda a população masculina, a maioria é jovem: 15,3% são homens na faixa etária dos 18 aos 25 anos. A faixa da idade com o maior número de homens em situação de rua é a dos 26 aos 35 anos, com 27,1%.

Já a população feminina representa os outros 18% do total de pessoas que vivem em situação de rua. A maioria das mulheres também é jovem e está nas ruas com idade menor do que a dos homens: 21,17% delas têm entre 18 e 25 anos e 31,06% têm entre 26 e 35 anos. Quanto à cor de pele de todas as pessoas que vivem nas ruas, 39,1% se autodeclararam pardos na pesquisa; 29,5% se declararam brancos e 27,9% se declararam pretos. No censo do IBGE – que junta negros e pardos –, contabiliza a população brasileira em 53% de negros e 46% de brancos. Levando em conta a população em situação de rua, se formos usar o mesmo método, a representação negra é de 67% – bem mais alta que a sua representação na população brasileira.

Morar nas ruas não é uma condição fácil de se lidar, existem uma série de questões inoportunas que são vivenciadas diariamente: violência, falta de saneamento básico e higiene, falta de alimentação, precariedade e o abandono de uma vida digna. As situações de vida nas ruas das cidades são alarmantes, e ao falarmos de pessoas em situação de rua, existem várias particularidades que levaram estas pessoas a esta condição.

Como aponta Silva (2006), são comumente enumeradas várias espécies de

fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores³¹ estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, droga dição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc. além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). Ainda segundo a autora, está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monóculas. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua.

“(...) pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vinculasse à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta

No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo”. (SILVA, 2006)

Ao mesmo tempo, a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que GREGORI (2000) conceitua como circulação entre espaços e papéis sociais.

Mesmo em face da proeminência aparente que a legislação supracitada sugere para o tratamento desta temática pela Assistência Social, claro está que a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua ganhará concretude no esforço dos diferentes setores do Poder Público em articulação com a sociedade civil no sentido de imprimir ações efetivas de prevenção e resgate social. Assim como as pessoas em situação de rua têm por direito constitucional serem consideradas cidadãs integrais, também as políticas públicas que as contemplam

devem ser pensadas desde uma perspectiva interdisciplinar e integral, deslocando³² se da Assistência Social a responsabilidade exclusiva pelo atendimento a este segmento.

Dada a heterogeneidade e multiplicidade de indivíduos que compõem as ações para a denominada população em situação de rua, é de grande importância perceber as intersecções entre esta política com os variados planos, políticas e marcos legais, tais como o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional para Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, e tantos outros que se entrecruzam na realidade específica desta população.

Os obstáculos no acesso à alimentação, higiene e direitos são apenas algumas dificuldades que a população em situação de rua enfrenta diariamente e a torna ainda mais vulnerável. Esse grupo, invisibilidade há tantos anos e tão heterogêneo, aumentou durante a pandemia.

Dessa maneira e para concluir objetivamente, apesar da realização de alguns programas sociais, poucas políticas públicas são desenvolvidas para solucionar esse problema. As Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Instituições Religiosas se destacam nos serviços de amparo a essas pessoas, atuando na distribuição de alimentos, roupas e cobertores. Outro trabalho de assistência são os abrigos temporários e os albergues que, de um modo geral, são considerados insuficientes para suprir a demanda dessa população.

O desinteresse do Estado influencia diretamente no comportamento da sociedade, haja vista que os moradores de rua são tratados, ora com compaixão, ora com repressão, preconceito, indiferença e violência. Nesse sentido, devem ser desenvolvidas políticas que atuem na causa do problema, não somente em serviços de distribuição de alimentos e outros objetos, proporcionando dignidade para todos os habitantes.

O Decreto Presidencial 7.053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento, já indicava a importância do mapeamento para implementação de políticas públicas para essa parte da população. O artigo 13 prevê o apoio do IBGE e do Ipea ao Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

A política é considerada um marco na luta pelos direitos da população de rua, pois estabeleceu as diretrizes para garantir seus direitos, entre os quais a dignidade.

De acordo com o decreto, considera-se população em situação de rua o grupo³³ populacional heterogêneo que possui em comum: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os locais públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos (MMFDH), é o órgão responsável, segundo o Decreto nº 10.174/2019, no seu Art. 26, por coordenar as ações referentes às políticas públicas voltadas aos públicos vulneráveis, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e população em situação de rua, e no seu Art. 28, coordenar o Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), e, igualmente responsável pelas ações de implementação, acompanhamento e monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua conforme Decreto Nº 7.053/2009.

Para dar respostas ao que pede o Decreto acima, o Governo Federal publicou o Decreto 9.489/2019 que reestruturou o CIAMP-Rua e criou na estrutura da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) do MMFDH, a Coordenação-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco (CGRIS). A CGRIS atua de forma a acompanhar e articular junto a outros órgãos do Governo Federal e com representantes da sociedade civil ações que garantam o acesso aos direitos das populações vulneráveis.

Importante observar que dentre os grupos vulneráveis, a população em situação de rua apresenta características de vulnerabilidade social e econômica extrema, levando as pessoas a vivenciarem não só a pobreza social, mas também a pobreza biológica, ou seja, aquela onde o indivíduo luta por proteínas diárias para a sua sobrevivência. Além disso, podemos observar nesse grupo social, a representação de vários públicos que tradicionalmente sofrem discriminação e lutam por direitos como a população negra, LGBTs, idosos, mulheres, crianças e adolescentes que num dado ciclo da sua vida, em contextos sociais e pessoais extremos, foram levados a viver a experiência de ter a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Em função da vulnerabilidade extrema da população em situação de rua, da transversalidade e abrangência de diversos públicos historicamente excluídos socialmente neste grupo populacional, é que as ações da Coordenação-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco (CGRIS) atuam com maior ênfase

nas políticas públicas voltadas à essas pessoas.

Dessa maneira, o Decreto nº 7.053, de 23 dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) é resultado do diálogo do Governo Federal com representantes da sociedade civil, visando dar condições de qualidade de vida à esses indivíduos.

2.1 PANDEMIA E ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este capítulo tem como proposta analisar fatores como o acirramento da questão social em paralelo a pandemia do corona vírus, A questão social pode ser refletida de diversas maneiras, em especial as mudanças repentinas do modo de vida sociedade, o aumento exponencial da pobreza, miséria dentre outros. Em resumo houveram muitos foram os efeitos e impactos assim sendo as proporções por ela causada configura em uma relação desigual sob uma população que vive em maior risco de vulnerabilidade social. A postura política e governamental também, tem suma importância nas ações de enfrentamento diante do surgimento de novas complexidades.

Tais ponderações devem ser levados em consideração para compreensão, desde o início da pandemia até a conjuntura atua, sob análise crítica as autoras Yazbek, Raichelis, Sant'ana(2021) explicam este conduta da seguinte forma:

O avanço da pandemia do novo corona vírus, a covid-19, denuncia a superficialidade e o mito do argumento “todos estamos juntos, pois o vírus é democrático e atinge todas as classes sociais” ao evidenciar as condições objetivas de vida da sociedade brasileira, desvelando facetas da violência estrutural[...] (YAZBEK, et al., 2021, p.8).

Esta interpretação, embora tenha uma visão mais crítica, desperta uma reflexão de estudo sobre o tema, a quais se apresenta em uma distorção da realidade em meio a falsa ideia de “igualdade e democracia.

Vale destacar a Precariedade de dados oficiais acerca de um número exato sobre pessoas em situação de rua provoca uma série de dificuldades em relação a alocação de recursos no setor de políticas públicas específicas para estas pessoas. Dos poucos dados que se tem cabe aqui citar um realizado ainda no período de

março de 2020, que foi quando ocorreu a eclosão a pandemia todos estes fatores²⁵ influenciam diretamente nas condições de vida da população.

Para natalino (2020, p, 12) a nova realidade trouxe à tona 221.869 mil pessoas estivessem em situação de rua no país. De forma a ter uma base de informações completa foi utilizado dados do cadastro único e do Censo do sistema único de assistência social (Censo Suas) para tanto foi constatado que das pessoas que estavam morando nas ruas, a grande maioria estavam em maior número na região Sudeste com 124.698 em março de 2020

A partir destes dados é possível identificar como a questão social surge em meio a várias falhas e lacunas existentes na realidade brasileira, onde há um sistema altamente desigual, agravados devido aos acontecimentos da pandemia do COVID-19. As pessoas que moram nas ruas, estão sujeitas a fatores de risco como; violência, discriminação, exclusão fome, frio e dentre outros aspectos. Dito isso, há de se considerar que diante a uma crise econômica e sanitária estes fatores se tornam ainda mais agravantes.

Um outro indicador a ser mencionado o fator renda e empregabilidade. Elias (2021) aponta o crescimento do trabalho informal, onde os direitos trabalhistas previstos em lei não são assegurados, e perante isso surge então um cenário de precarização da mão de obra e principalmente o desemprego, ainda segundo o autor o fator renda e empregabilidade sofreram um considerável impacto durante o ano de 2020 e 2021, esta informação indica que o cenário do desemprego e a procura por qualquer trabalho, faz ter uma maior incidência também no perfil de pessoas antes de morarem nas ruas.

Em meio a uma sociedade apontada pela desigualdade social e supervalorização do capital em perda do respeito aos direitos inalienáveis do ser humano a população em situação de rua pode ser considerada como uma das mais dramáticas manifestações da questão social. Além de sua situação de extrema vulnerabilidade social ela tem sido alvo de atos de violência que atestam o barbarismo que está presente na sociedade brasileira na contemporaneidade.

Já se sabe que a intervenção do Assistente Social é de fundamental importância para a inserção daqueles que moram nas ruas, pois através do trabalho psicossocial, de acolhimento, atendimento, acompanhamento, etc., o profissional consegue desenvolver seu trabalho com base no projeto ético político e no código de ética da profissão, sob os parâmetros do seu conhecimento técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político.

Em geral, o Serviço Social realiza uma análise do perfil de cada usuário que³⁶ busca, para que de forma investigativa o profissional possa exercer o atendimento adequado a cada um de seus usuários de acordo com suas particularidades. Assim, o Assistente Social que trabalha na abordagem e acompanhamento aos moradores de rua, possuem condutas e ferramentas para conduzir uma abordagem de forma eficaz e efetiva, conseguindo trazer para si o indivíduo que se encontra naquela situação.

Nesta crítica partimos da hipótese que a existência de segmentos crescentes que se encontram privados do direito à propriedade da terra e do acesso ao trabalho, compõe uma dimensão estrutural do estágio atual do capitalismo. Não se trata, portanto, de um fenômeno conjuntural ou específico de alguns contextos espaciais; mas, sim, do efeito da histórica desigualdade capitalista. Portanto, morar na rua é consequência visível do agravamento da questão social, ou seja, da divisão da sociedade em classes e apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Como considera Iamamoto:

A evolução da questão social apresenta duas faces indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classes (...); outra expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la, e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiados no e pelo poder do Estado (IAMAMOTTO, 1982).

A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Conforme ressalta Potyara (1998) desvinculou a proteção social do formato contratual/contributivo e assumiu intento mais amplo ao universalizar a cobertura das vulnerabilidades sociais; assegurou um conjunto de condições dignas ao cidadão, ao tornar as políticas sociais um direito social e reclamável, medidas estas fundamentais para a instituição do bem-estar social.

Como política de Estado passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Configura-se, também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira.

Assim, cabe à Assistência Social o desenvolvimento de programas e serviços³⁷ sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, (SPOSATI, 1998), bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários, visando a garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia (NOB-SUAS, 2005).

Embora desconhecidas por muita gente, as multideterminações sociais que promovem o fenômeno social “população em situação de rua” não se explicam a partir de um só aspecto (como a falta de moradia, trabalho e renda, rompimento dos vínculos familiares, adversidades pessoais e doenças, e fatores ligados a desastres geográficos, como inundações e secas). Por isso, enquanto categoria profissional, a atuação deve ser crítica, ética e propositiva, visando a romper com as diversas formas discriminatórias em relação à população em situação de rua e fortalecer a luta por seus pelos direitos, com base nos princípios de nosso Código de Ética e das legislações que normatizam nossa profissão.

A política pública tem por campo buscar, fazer com que o governo pratique suas propostas, analisando, e sempre modificando de acordo com as novas necessidades sociais que surgem. A política pública permite observar o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz, por ser abrangente e não se limitar a leis e regras é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Um dos grandes desafios enfrentados pelo governo é combater a exclusão social, desafio este encontrado nas mais diversas camadas sociais. De acordo com SPOSATTI (1996) referindo se à exclusão social:

A desigualdade social, econômica e política, na sociedade brasileira, chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. [. . .] No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Esse processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à violência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. [. . .]. Essa situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. (SPOSATTI, 1996).

Entendendo esta perspectiva entende-se porque se faz necessário constantemente discutir políticas públicas que atendam a essas desigualdades. Para

tal no país o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) através das³⁸ Políticas Nacionais de Assistência Social (PNAS) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que fundamentam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) procuram observar as necessidades sociais e propor políticas que atendam as demandas encontradas no país. De acordo com o decreto 7053 de 23 de dezembro de 2009 são objetivos da PNAS (2009), previstos no seu artigo 7º:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua; V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento; VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua; VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento; IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º; XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o

Para que o profissional consiga adentrar na realidade do usuário e visualizar suas necessidades a fim de garanti-las, o Assistente Social com sua busca investigativa de leitura da realidade cultural, política, econômica, afetiva, etc. que o indivíduo possui, tenta encontrar respostas e solucionar questões que estão na sua alçada, seja no atendimento espontâneo, seja por encaminhamentos. Pois o Assistente Social tem que se posicionar no contexto social, econômico e político para se colocar como interventor e garantidor dos direitos sociais.

Serviço ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. USUÁRIOS: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. (Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), 2009).

O Assistente Social é o profissional capacitado para garantir os direitos de cada indivíduo. Por isso, ele atua na defesa intransigente dos direitos sociais, a fim de que assim sejam garantidos para quem deles necessitar, sendo uma demanda imediata ou não. Entretanto, são diversificadas situações que podem ocorrer no cotidiano de trabalho do Assistente Social: um vínculo interrompido, desemprego, corte de verbas para os programas, dentre outros, e, por isso, necessita estar amparado por legislações e orientações técnicas de como proceder, para então verificar junto ao usuário qual a melhor forma de solucionar a demanda apresentada.

É através do trabalho de intervenção do profissional de Serviço Social que esse indivíduo pode conseguir se restabelecer. Nesse contexto de fraturas e mazelas da questão social, o profissional de Serviço Social atende em duas frentes que estão sempre ligadas: uma é no atendimento direto com o indivíduo e outra é na garantia de seus direitos através das políticas públicas disponibilizadas para a ação desse profissional. Para realizar um trabalho com moradores de rua é necessário

entender sua característica básica, que é composta por diversos aspectos, como ⁴⁰ a rua sendo um palco de diversidades étnico-raciais, religiosas, culturais etc. e os motivos para estarem nela. Assim, o múltiplo problema encontrado, como a precariedade das políticas públicas e os poucos estudos realizados em torno desse grupo, faz com que se tenha pouco arcabouço teórico para que se investigue e saiba como se proceder num atendimento a essa expressão da questão social.

Com o crescimento dessa demanda no Brasil, nos últimos anos, esse tema tem exigido cautela, principalmente para os profissionais que são capacitados para formular e executar as políticas sociais. Mas, um fator que não colabora com os dados referentes a esse assunto é a já mencionada falta de bibliografia na área. Essa restrição pode ser causada devido às técnicas e conceitos utilizados para realizar a medição dessa população, o que dificulta ainda mais os estudos desenvolvidos na área.

Logo, o trabalho do Assistente Social em meio aos moradores em situação de rua enfrenta vários desafios, pois uma vez que trabalha na tentativa de reintegrar esse indivíduo a sociedade precisa ter acesso a direitos e proteção social dessas pessoas, inserindo esses usuários em programas de transferências de renda e benefícios que são garantidos pela política de Assistência, que possuem número limitado o que dificulta todo o processo de trabalho.

De fato, o trabalho do Assistente Social é de suma importância para reinserção desse indivíduo à sociedade, seja a escuta apurada, a orientação passada para eles, encaminhamentos, etc. Todas essas ações irão contribuir para devolver a autoestima e autonomia desse indivíduo. Contudo, o profissional do Serviço Social não pode ser visto como um “salvador da pátria”, pois ele possui uma difícil tarefa em compreender os costumes que se criam nas ruas, os ritos que envolvem a entrada e saída dos indivíduos dessa situação. O Assistente Social ainda vive entre as tensões existentes entre morador de rua e falta das políticas públicas para as demandas geradas por eles.

CAPITULO III

POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

De modo a também visualizar todo o contexto sócio histórico, envolto da política para a PSR, foram tidas como referencias aqui citadas nesta secção do capitulo, artigo que descrevem em detalhes este processo, deste modo será utilizado para análise os principais autores entre eles (Klaumann; Barbosa e Machado).

Partindo deste pressuposto a Política Nacional para a população de rua, quando adaptada aos contextos da rede Inter setorial de atenção a este segmento populacional, a partir de um viés voltado para a criação de políticas públicas especificas. Desta forma o documento emitido pelo Governo Federal defende que: “As propostas contempladas por esta Política Nacional têm por objetivo abarcar questões essenciais concernentes à população que faz das ruas seu espaço de sobrevivência e de ordenação de suas identidades” (BRASIL 2008, p, 04).

Desta forma, considera-se fundamental no tocante as políticas públicas que seja de forma articulada e conjunta com outras políticas, e não de maneira isolada, sendo assim, o mesmo precisa assegurar determinado direito de cidadania, para um então bom andamento dentro conforme as leis que orientam. Os avanços hoje vistos, pode ser constatado a partir do engajamento de diferentes atores e movimentos, que atuaram em prol da luta em defesa por mais direitos

Isso vai de encontro a análise feita por Machado (2020, p 103) que esclarece em seu artigo, os avanços hoje vistos, pode ser constatado a partir do engajamento de diferentes atores sociais bem o caminho rumo a democracia, contudo ainda sim foram acompanhados por um sensível processo de conflitos, especificamente entre as décadas de 1980, 1990 e os anos 2000, consolidando ao processo de aquisição de direitos voltados a este público alvo.

Dentre as abordagens teóricas que explicam a formulação da PNPR, ainda segundo Machado(2020,p.104) , a mesma por ser referida a partir dos anos 90,

começou a ser ter uma ampla conscientização aos direitos da PSR, sob este efeito⁴² destaca-se o Fórum Nacional de estudos Sobre a População de rua, a qual foi realizada no ano de 1993, onde teve como apoio entidades governamentais e não governamentais, logo este foi um evento em sincronia com diversas regiões do país, principalmente as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, que foram palco de debates acerca dos direitos da população de rua e dos catadores de materias recicláveis. Sobretudo os demais movimentos sociais se propuseram a fim de defender e negociar acesso aos direitos, em como a segurança destes trabalhadores.

É fato que foram realizados diversos fórum estaduais por todo país, de forma sucinta este especificamente, não somente buscou oportunizar um espaço de estudo, mais também a inclusão de diferentes perspectivas locais, por justamente vim de uma necessidade de visibilidade a este grupo populacional.

Com a intenção de adicionar outros detalhes e datas específicas, Barbosa (2018, p. 49-50), onde há uma breve síntese da trajetória das principais legislações e normativas voltadas à pessoas em situação de rua diante da realidade brasileira sendo elas:

- 1988: Constituição Federal
- 2004: PNAS, que assegura cobertura a população em situação de rua;
- 2005: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2003) – foi alterada por meio da Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005, que incluiu a obrigatoriedade da formulação de programas destinados a pessoas população em situação de rua
- 2005: I Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua;
- 2006: Decreto, de 25 de outubro de 2006, que constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua;
- Decreto 7,053/2009- Política Nacional para População em Situação de rua;
- Realização da primeira pesquisa nacional sobre a população em situação de rua –MDS 2008/2009
- 2010: Inclusão e cadastramento da PSR no Cadastro Único (CadÚnico), para fins como ao acesso a programas sociais e serviços socioassistenciais do governo federal.

- 2010- Portaria nº 843 de 28 de dezembro de 2010

Tomando por base estes marcos legais, as quais antecederam a formulação da Política nacional para pessoas em situação de rua, assim como outras normativas. A primeira e única Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua foi realizada no período de 2007 e 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que atualmente passou por mudanças na nomenclatura, sendo denominado como Ministério de Desenvolvimento Social e agrário (MDSA). A pesquisa tinha por objetivo identificar o perfil e o número de pessoas em situação de rua, distribuídas em algumas cidades e municípios brasileiros, reunindo assim o máximo de informações e dados para a composição da pesquisa, o público alvo foi composto por pessoas com idade entre 25 e 44 anos. Conforme apontado a Pesquisa Nacional (Brasil 2008) observou se que entre os 71 municípios brasileiros selecionados, 48 possuíam mais de 300 mil habitantes identificando que de 31.922 utilizavam s ruas como espaço de morada ou residência temporária, dentre os locais estão praças, calçadas, e viadutos, apesar de ter um espaço de mais de 10 anos, esta amostra foi fundamental para a formulação da Política Nacional para População de Rua.

A formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) conta com princípios, e diretrizes na elaboração e acompanhamento de redes e serviços assistenciais, dentre os princípios, estão a igualdade e equidade. Em seu artigo 5º sendo posto os seguintes princípios:

I-Respeito à dignidade da pessoa humana; II-direito à convivência familiar e comunitária; III-valorização e respeito à vida e à cidadania; IV-atendimento humanizado e universalizado; e V-respeito as condições sócias e diferenças de origens, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (BRASIL 2009).

Observa-se que os princípios relativos a Política Nacional organiza-se entre os princípios e diretrizes que defende a aplicação dos direitos e universalização dos serviços de assistência, em caráter universal, e em diferentes setores públicos, como saúde, educação, lazer, habitação, segurança alimentar, segurança de renda e dentre outras políticas especializadas a pessoas em situação de rua.

Pereira, (2016) contribui com um importante dando visibilidade em nível local, dar transparência cabe destacar que o Distrito Federal é a primeira unidade federativa a aderir a Política Nacional para a População em Situação de Rua, com a função de avaliar e monitorar as políticas públicas, e da rede de atenção a pessoas

em situação de rua. Em linhas gerais, a ideia era mensurar do âmbito dos serviços⁴⁴ prestados.

Segundo Barbosa, existem iniciativas importantes, marcos legais em que a política de assistência que contribuem no processo da Política Nacional Para população em Situação de Rua, tais como:

A instituição da Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo CNAS por meio da Resolução N°145, de 15 de outubro de 2004, que assegurou a cobertura de assistência social para a população em situação de rua ;a promulgação da Lei 11.25, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a Lei Orgânica de Assistência Social ao estabelecer a obrigatoriedade de criação de programas direcionados a população em situação de rua; e a realização da Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua em 2008 pelo MDS.[...].(BARBOSA, 2018,p.49).

O fato de ter políticas de garantia e proteção social, estabelecidas na rede de assistência social, somado a isso a outras políticas setoriais, garantem um maior progresso a outras políticas públicas. Este fato é importante no fortalecimento e referência aos movimentos sociais que culminou no ano de 2004, no Movimento Nacional para População em Situação de Rua (MNPR) na luta pelos direitos e inclusão social.

O foco principal do movimento era a reivindicação de políticas públicas e direitos envoltos a estas pessoas, a partir de então foram criadas outras portarias no qual trata da inclusão das pessoas em situação de rua no cadastro único para programas sociais do Governo Federal. (KLAUMANN,2015). Assim sendo MNPR, foi um importante marco na história da conquista dos direitos da população de rua em situação de rua, que nos anos seguintes a participação desta população em movimentos e organizações se tornam mais ativas nas regiões locais.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL VOLTADAS AO ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Antes de prosseguir com as discussões dos capítulos acerca das políticas públicas implementadas no DF, voltada a pessoas em contexto de rua que são identificados como público alvo, é preciso compreender o cenário que este público está constantemente inserido, em sua essência as ações desenvolvidas pelos serviços locais. Vale ressaltar a presença da Política de Assistência Social, como fonte de proteção social e suporte as demandas trazidas pela população em situação de rua, sendo este um fator na continuidade das demais políticas setoriais. A Política de Assistência Social é organizada com base em níveis de proteção: Básica e Especial, no caso da proteção social especial há dois níveis que são a média alta complexidade, de acordo com a resolução n 109 do CNAS, de novembro de 2009 foi aprovado a tipificação de serviços socioassistenciais do SUAS, sendo então dividida em eixos e serviços destinados a públicos e demandas diferentes, seja ela através da Proteção Social Básica, Média Complexidade, ou da Alta Complexidade. Deste modo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistencial, é considerada um grande avanço para a execução destes serviços citados (específicos ou não para esta população).

Conforme a resolução dos serviços socioassistencial é possível identificar entre as categorias: Proteção Social Básica –PSB (direcionado para o Centro de referência de Assistência Social CRAS), destinada a um viés de prevenção das situações de risco, incluindo na prática ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitário. Em relação e Proteção Social Especial – PSE, pode ser conceituada quando já houve um rompimento de vínculo, em outras palavras os direitos foram violados dado em alguma circunstância de risco, ou ameaça.

Para um melhor entendimento de cada um dos serviços, seguindo por ordem cada uma delas abaixo:

- **Proteção Social Básica** que compreende os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias e indivíduos (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
- **Proteção Social Especial de Média Complexidade** compreende os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos(PAEFI);

Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social e Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida(LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade(PSC); Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas Famílias, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

- **Proteção Social de Alta Complexidade:** Compreende os seguintes serviços: Serviços de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional; Casa- Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviços de Proteção em Situações de Calamidade e de Emergências (BRASIL 2009, p.5).

Observa-se que a Proteção de Média Complexidade, está inserido em grande parte os serviços e demandas específicos para as pessoas em situação de rua, nela encontramos o Serviço especializado na Abordagem Social, ofertado os CREAS ou Centros Pop, dentre as atividades e programas desenvolvidos podendo ser: ações socioeducativas e de convívio social, capacitação profissional solicitação de benefícios e programas de transferência de renda, inclusão do Cadastro Único, cabe aqui frisar que a inclusão do Cadastro Único foi dos marcos legais, e que foi posteriormente adotado sobretudo como um dos critérios de análise realidade socioeconômica das famílias e indivíduos além de ter o encaminhamento aos programa sociais do governo.

Diante do percurso e direcionamento da Política Públicas o Centro Pop está previsto na Política Nacional para População em Situação de Rua, acerca da finalidade proposta neste serviço destaca-se: “Assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate[.]tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua”. (Brasil,2011c, p.67).

O Centro Pop segundo Barbosa (2018) foi criado pelo Governo Federal no início ano de 2010, assim como os consultórios de rua, ambos tiveram uma trajetória sob influência de outros progressos que antecederam até a chegada da implementação destes serviços, conforme citado no capítulo anterior. Organizados por territórios, atualmente o Distrito Federal, conta com 02 Centros Pop, 12 CREAS, incluindo 01 CREAS diversidade que contempla pessoas que sofreram

discriminação étnico racial, sexual ou religiosa, muitos dos perfis atendidas, tendo um histórico de sobrevivência nas rua, sendo um ponto de apoio e moradia(república)destinado ao público LGBTQ+

Conforme citado no Distrito Federal alguns destes serviços são executados juntamente com a Organização da Sociedade Civil (OSCS), que em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, onde atuam principalmente na prestação de programas de apoio e serviços socioassistenciais. Deste modo a fim de apresentar os serviços e políticas públicas existentes para este público, no Distrito Federal, serão aqui descritas algumas instituições e unidades que ofertam moradia provisória, alimentação e acolhimento

A fim de identificar os serviços existentes para este público, no Distrito Federal apresentaremos algumas regiões abriga algumas instituições e unidades que ofertam moradia provisória, alimentação e acolhimento.

Unidades de acolhimento são:

- Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres- SAIM: Unidade acolhimento temporário para mulheres a partir dos 18 anos ou idosas, que estejam em situação de rua, ausência de residência, ameaça ou algum outro tipo de violação de direito.
- Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Proteção Social: Unidades de acolhimento e proteção na modalidade casa de passagem. Serviço de acolhimento destinado a adultos e famílias em casas de passagem para a população em situação de rua. No âmbito da saúde, fazem parte os Consultórios na Rua (CnR), com foco na saúde integral a pessoas situação de rua, a equipe é composta de enfermeiros; psicólogo; assistentes sociais. O trabalho do CnR, é previsto em lei desde 2011 na Política Nacional de Atenção Básica. Somado aos esforços de levar atendimento humanizado e cuidados básicos de saúde, medicação, a estas pessoas que por alguma dificuldade não tem acesso aos serviços de saúde como CAPS, hospitais, e Centros de saúde.

É sabido que mediante a conjuntura apresentada, alguns serviços fazem parte do Sistema Único de Saúde, por isso se necessário sua ampliação nas redes de proteção e atenção a PSR. Assim sendo o papel desenvolvido pelo Serviço de Abordagem atuam de maneira próxima nos espaços da rua, esta correlação será descrita a partir do próximo capítulo

3.2 O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL: ARTICULAÇÃO COM AS DEMAIS REDES ASSISTENCIAIS.

O Serviço Especializado em Abordagem Social está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais(2009), é ofertado de forma programada e contínua, e deve ser articulado as demais políticas setoriais. Dado a realidade local específica do Distrito Federal, os processos de trabalho do serviço de abordagem a essa população, assume um papel tão importante quanto as demais políticas públicas e das unidades da rede socioassistencial na atenção a população de rua. Portanto o Serviço Especializado em Abordagem Social, é um serviço para as pessoas em situação de rua financiado pelo GDF, por ser um serviço sócio assistencial do DF

Ofertado do âmbito da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, desta forma as ações desenvolvidas são ofertadas por meio dos espaços dos Centros Pop e do Creas, assim conforme as informações disponibilizadas no site da Secretária de Desenvolvimento Social (2021) as atividades desse serviço contam com 28 equipes de abordagem social, sendo elas referenciadas aos 11 Creas e nas duas unidades do Centros Pop, sendo elas em Taguatinga e outra na região da Asa Sul). Logo a distribuição das equipes é feita por demanda de todo territórios do distrito federal, dentre as 33 regiões administrativas, locais considerados de atuação nas regiões centrais do DF. Em relação a organização as equipes utilizam por estratégia a divisão por região e pontos de concentração em cada área, deste modo visando a continuidade do acolhimento institucional e oferta de serviço, os espaços têm por horários de funcionamento todos os dias da semana.

Uma vez que a dinâmica de atendimento a esse público, deve ser como um aproximação e contato inicial, sem a utilização da retirada compulsória, este é um recurso de extrema importância entre a equipe e o usuário abordado, tendo como possibilidade de posteriormente procurar por serviços específicos, de acordo com suas demandas. Segundo o site do Instituto Ipês (2018) Entre as suas linhas de perfil atendido estão pela abordagem social, estão: crianças adolescentes, jovens adultos, idosos que estejam passando por uma situação de risco pessoal e social.

A fim de potencializar e administrar melhor as demandas que esta população retrata, o

Serviço Especializado em Abordagem social (SEAS) é executado por meio da parceria da SEDES com o Instituto Sócio cultural, Ambiental e Tecnológico de Projetos de Economia Solidária- IPÊS, localizada na região administrativa do Plano Piloto, por ser ofertado por unidades conveniada em Organizações da sociedade Civil (OSCs) parcerias, desde o ano de 2018, o SEAS e o Instituto formam esta parceria, sendo o IPÊS responsável pela seleção e gestão das equipes que trabalham na abordagem social, sendo a Diretoria de Serviços Especializados á Famílias e Indivíduos(DISEFI), responsável pelo monitoramento e acompanhamento dos CREAS e Centros POP de Brasília..

A SEDES tem um trabalho articulado coma as demais políticas públicas e órgãos governamentais, como a Secretaria de Saúde, educação, política de habitação/urbanismo (CODAB), como exemplo na construção de republicas seja para pessoas adultas sem situação e rua ou para a o público LGBT+. Há também mediações que competem aos Sistema de Justiça (poder judiciário, conselho tutelar, defensoria pública, Ministério do Trabalho), esta articulação é fundamental para a elaboração de propostas de espaços de acolhimento, e do exercício dos direitos civis.

Dado o conceito de abordam social definido pelo caderno de Perguntas e Respostas Volume IV do ano de 2013, podendo ser entendido como:

A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social. nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. BRASIL 2013. p, 7).

Dado essa concepção é descrito a aproximação inicial, a comunicação e transparência em relação a quais serviços serão prestados, são essenciais diante do primeiro contato. O diagnóstico sócio territorial, acontece de forma a subsidiar as demandas trazidas pelos usuários, com isso as estratégias poderão ser acompanhadas devidamente nos Centro POP, CREAS, casas de passagem e afins. É importante frisar que o serviço especializado em abordagem social deve ser compreendido como uma porta de entrada para estas famílias e indivíduos que por alguma circunstância não acessou nenhum serviço de acolhida e proteção social. O atendimento ocorrenas ruas de todo DF e região, conforme mapeamento prévio dos territórios dentre eles: ruas, praças, rodoviárias, e espaços de grande circulação de pessoas executado por 2 Centros Pop em Brasília e Taguatinga, incluído os 12

CREAS no Distrito Federal.

Para melhor compreensão da atuação deste serviço destaca-se alguns objetivos do serviço de abordagem social:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistências;
 Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
 - Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; - Promover ações para reinserção familiar e comunitária. (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009, p. 22).

Todas estas questões implicam diretamente no serviço de abordagem social durante a pandemia da covid-19, intensificou as ações de vigilância socioassistencial, diante dos percursos de entrada e saída das Ruas. A partir da síntese de como acontece, sua rotina no seu campo de trabalho da abordagem social nota-se um compromisso diante do atendimento integral e de constantes violações de direito, não é somente mais um serviço para pessoas em situação de rua, e sim uma realização de intervenções no seu sentido mais amplo de atenção a este grupo populacional.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O Centro POP representa espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

O assistente social, nos diversos espaços ocupacionais e no Serviço Especializado para População em Situação de Rua, ofertado Centro POP, tendo como referência a Lei de Regulamentação da Profissão e os princípios do Código de

Ética Profissional, desenvolve a atuação profissional em vários âmbitos: acolhida e a recepção das demandas expostas pelos/as usuários/as, bem como prestação de informações, orientações e encaminhamentos necessários à rede socioassistencial, às demais políticas públicas e órgãos de defesa; participação do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada usuário/a e respeitando a sua autonomia; realização de atividades, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que possibilitem debater a realidade social e construir novos projetos de vida; realização de visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência desse indivíduo ou família que está em situação de rua, dentre outras ações.

Nesse sentido, é importante que, com certa regularidade, o planejamento e a avaliação do Centro POP contem com a participação dos usuários dos serviços ofertados, viabilizada por meio de estratégias que possibilitem um modelo de gestão participativa. Momentos de participação dos usuários da Unidade em discussões para o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas, devem ser oportunizados e constituem importante instrumento para impulsionar, também, a participação em outras esferas da sociedade e, igualmente, para o exercício do protagonismo e da participação social.

Na história do Brasil, o marco legal que fundamentou o olhar sobre esta área social foi o massacre ocorrido em 2004, na Praça da Sé, em São Paulo, quando sete moradores de rua foram mortos, segundo a história de organização relatada pelo movimento, “a base dessas manifestações e reivindicações se deu, principalmente, em torno da violência e preconceito sofridos pela população de rua, da ausência de políticas públicas de atendimento eficazes e capazes de saídas autônomas da situação de rua” (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2005).

Potencializar o acesso das pessoas em situação de rua aos programas, serviços e benefícios sócio assistenciais, bem como a produção de informações que contribuíam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas, faz-se imprescindível sua inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais. (BRASIL, 2011).

O papel da Assistência Social, por meio do Centro POP, é garantir proteção social e os direitos dessas pessoas através de serviços especializados. Vinculado à Secretaria de Assistência Social, o Centro POP, geralmente, funciona durante a semana e em horário comercial. Possibilita que a população em situação de rua passe o dia no equipamento e utilize serviços como, banho, refeição, lavanderia,

sanitários, emissão de documentos e atendimentos psicossociais.

Alguns usuários precisam de acolhimento, outros de encaminhamento e existem aqueles que necessitam de um local para comer, se higienizar e permanecer durante um tempo. Por isso, a equipe, composta por educadores sociais, psicólogos e agentes sociais, faz um filtro para garantir que todos os usuários tenham acesso a seus direitos.

Vale lembrar que o Centro POP, além das ações descritas acima, deve trabalhar na identificação das pessoas em situação de rua, no planejamento de todas suas atividades e, inclusive, na inserção dos usuários no CadÚnico, caso se encaixem em algum dos programas sociais disponibilizados pelo Governo Federal. O objetivo desse serviço é fornecer meios de o usuário adquirir autonomia e, com isso, novos projetos de vida. Também tem a finalidade, caso for de interesse do indivíduo, de reinseri-lo em seu convívio familiar e comunitário.

A equipe de referência deve exercer uma escuta qualificada, procurando entender a complexidade da situação, identificando vulnerabilidades e fazendo os encaminhamentos necessários para que, por exemplo, desemprego, fome e falta de moradia sejam superados. Em muitos casos, são identificados direitos como Bolsa Família ou BPC (Benefício de Prestação Continuada). Há, inclusive, divulgação de vagas, auxílio na elaboração do currículo e, finalmente, conquista de um emprego. Oficinas e encontros também são disponibilizados pelo Centro POP para trazer à tona reflexões e trocas de experiências com outros usuários.

Ao atender as necessidades básicas, resgatar os direitos violados e viabilizar a utilização de outros serviços públicos para as pessoas em situação de rua, o Centro POP amplia a inclusão social e econômica dessa população. As transformações positivas ocorrem, tanto externa, quanto internamente. Os usuários, além de adquirirem dignidade por meio de roupas limpas e refeições, passam a planejar sua vida, buscar emprego, educação e reinserção na sociedade. Tudo isso é fundamental para o combate à extrema pobreza no País.

Sabe-se que é difícil todos conseguirem superar a situação de rua, muitos fatores precisam ser aperfeiçoados para que isso ocorra. O Centro POP não pode servir, apenas, de um local de banhos e refeições. Por isso, o atendimento e os encaminhamentos precisam ser planejados de forma estratégica pelos assistentes sociais.

METODOLOGIA

Para o estudo do trabalho fundamenta-se a temática de Pessoas em Situação de Rua, desse modo o processo de elaboração do estudo consistira em uma Pesquisa Bibliográfica abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica.

Segundo Fonseca, (2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Há também a seleção materiais como dissertações e artigos, que abordam as políticas públicas executados pelo governo do Distrito Federal, incluindo o próprio site da Secretaria de Desenvolvimento Social, sobretudo os dados obtidos durante o cumprimento do estágio.

A escolha do local é inserida no campo de estágio, na Diretoria de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos-DISEFI, responsável pelos serviços especiais para famílias e indivíduos, que através de ações especializadas visa o acolhimento e proteção social da população em situação de rua, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, e exploratória, pois se adequa aos critérios expostos na pesquisa, de forma a compreender melhor os detalhes nas respostas dos participantes. A pesquisa exploratória é considerada por GIL(2002) a partir de um estudo e material já publicadas, tornando assim o objetivo principal de pesquisa inserir novas informações, a fim de atualizar o que já foi discutido. Portanto este tipo e pesquisa de forma mais ampla, por aderir diferentes fontes de conhecimento.

O presente não é perceptível senão na superfície. Ele é trabalhado em profundidade por galerias subterrâneas, por correntes invisíveis sob um solo aparentemente firme e sólido. Além disso, o conhecimento fica desorientado pela rapidez das evoluções e das mudanças contemporâneas e ao mesmo tempo, pela complexidade da própria Globalização: inúmeras inter-retroações entre processos diversos (econômicos, sociais, demográficos, políticos, ideológicos, religiosos etc.) (MORIN, 2015, p 19)

Nossa reflexão tem início com os apontamentos feitos por Edgar Morin, em seu trabalho intitulado “A via para o Futuro da Humanidade”.

Ao optar por abrir este trabalho com um trecho da discussão feita por MORIN é justificada pela proximidade que considero ter de sua visão teórica, diante da qual o autor

expressa seu posicionamento crítico frente a alguns aspectos do viver em sociedade, destacando nesse percurso os limites da sustentabilidade.

Nesse contexto o autor nos ajuda a pensar a noção de presente, e aliado a isso nos instiga a pensar o quanto o presente é incerto.

Ao mesmo tempo que achamos que o presente é um solo firme e sólido, ele é frágil, complexo, assim, o presente é vivido em contexto onde nós somos cada vez mais, chamados a agir com agilidade, a ser rápidos a evoluir, estamos a todo momento nos moldando e moldando os espaços que ocupamos de acordo com as pautas que nos são posta diariamente.

Algo que contribui para esse chamado a evoluir, a mudar, a interagir, é o processo de globalização.

O processo de globalização impulsiona uma série de mudanças, mudanças tecnológicas, econômicas, sociais, ela insere novas tecnologias, novas redes de relação, novas formas de ver e agir em sociedade.

Logo, a globalização é acompanhada por uma ideia de desenvolvimento, ideia essa que acredito ser bastante contraditória, a medida que o desenvolvimento e mesmo os elementos, dinâmicas, benefícios proporcionados através do processo de globalização, não são vivenciados pela sociedade de forma geral.

Em um mesmo dia, hora, em um mesmo presente, alguém em algum lugar do mundo acorda, toma seu café, segue para seu trabalho, sai em seu horário de almoço e faz sua refeição, volta para casa e desfruta do conforto de seu lar. Paralelo a isso, alguém está morando na rua pois foi expulso de seu País, ou mesmo estando em seu País de origem, tem nas ruas seu lar, se é que a palavra lar cabe a esse modo deplorável de viver. (MORIN, 2015, p 21)

Esse alguém não vai ao trabalho, pois não o tem, não tem aconchego nenhum em seu lar, pois nem lar tem. Duas realidades que são vivenciadas uma ao lado da outra, enquanto um desfruta de tecnologias avançadas, outro sequer as conhece, dois mundos em um só, dois presentes, dois presentes em um mesmo momento, dois presentes que questionam o desenvolvimento, as noções de globalização. Dois presentes que nos mostram o quanto o presente é frágil. (MORIN, 2015, p 21)

Diante disso MORIN continua nos dizendo que:

A ilusão de um progresso concebido como uma lei da História, dissipou-se simultaneamente com os desastres do Leste, as crises do Oeste, as descobertas de ameaça de ordem, principalmente as

nucleares e ecológicas, que pairam sobre toda a humanidade, e a invasão do horizonte do futuro assegurado, somada a precariedade e as angustias do presente, provocam retrocessos ao passado, ou seja, em direção as raízes culturais, étnicas religiosas e nacionais. (MORIN, 2015, p 24)

O progresso por vezes é visto como uma lei, como uma predisposição da História, como se todos nós estivéssemos fadados ao progresso.

Porem esse posicionamento frente ao progresso é dissipada a medida que se observa, vivencia-se crises em diferentes regiões do mundo. A medida que a ordem é ameaçada, que ameaças referentes ao meio ambiente, que por sinal está cada vez mais precisando de cuidados, que ameaças nucleares pairam sobre diversos países o progresso é questionado, pois mais do que progresso vemos retrocessos, vemos desigualdades que nada tem de compatível com a base que sustenta a ideia de progresso.

Nesse sentido, o autor nos faz pensar sobre a ideia de um futuro assegurado, que é posto em cheque por meio de um presente contraditório e frágil.

O presente é marcado por precariedades e angustias, o que de acordo com MORIN, provocam um retrocesso, em diversos setores sociais.

Ouso dizer que esse retrocesso ao qual se refere o autor não é um retrocesso no sentido pejorativo do termo. Acredito que esse retrocesso seja muito mais uma tentativa de voltar a algum lugar, a algum tempo onde desigualdades e contradições sociais existiam, mas talvez não fossem tão acentuadas como são na atualidade.

Desse modo, a perda de um futuro assegurado, nos leva a retrocessos a medida que a máscara de unificação, progresso, modernidade, globalização cai, e nos mostra uma face desigual e contraditória.

Logo, “a globalização, não faz senão alimentar a sua própria crise. Seu dinamismo suscita crises múltiplas e variadas em escalas planetárias” (MORIN, 2015, p 11)

O processo de globalização não provoca somente crises sociais, crises ecológicas também são fortemente experimentadas:

“A crise ecológica acentua-se como uma degradação crescente da biosfera, que por si mesma, vai provocar novas crises econômicas sociais e políticas” (MORIN,2015, p 12.)

A crise ecológica, a degradação da biosfera, do meio ambiente é fortemente vivenciada em todo o mundo e essa degradação impulsiona as crises econômicas,

políticas e sociais, à medida que os setores sociais não são estruturados, vivenciados em separado, eles se interligam.

Frente a essas indicações quais as certezas que o presente nos dá? Até que ponto esse presente é sólido e até que ponto ele se constitui em um terreno frágil?

Responder essas questões é uma tarefa complexa, árdua. E talvez as respostas não seja necessário, o intuito de colocá-las é para que possamos pensar e nos questionar sobre o que é o presente, o presente é um terreno que está sempre em construção mesmo que por vezes tenhamos a ideia de que temos controle sobre ele. Diante disso:

A própria civilização ocidental, que produz as crises da globalização encontram-se em crise. Os efeitos egoístas do individualismo, destroem as antigas solidariedades. Um mal-estar psíquico e moral instala-se no coração do bem-estar material. As intoxicações consumistas das classes médias se desenvolvem, enquanto a situação das classes desvalidas se degrada e as desigualdades se agravam. A crise da modernidade ocidental torna derrisórias as soluções modernizadoras para a crise (MORIN, 2015, p 26)

MORIN, nos ajuda a pensar as crises que acontecem em todo mundo como uma produção da sociedade Ocidental e que contraditoriamente também se encontra em crise. A crise se alastra até por aquela que a criou.

A crise, provoca a destruição das relações de solidariedade e no lugar dela vivenciamos cada vez mais o individualismo.

Estamos cada vez mais preocupados com o eu, como o nosso próprio bem, solidariedade nesse contexto, é um elo perdido, o outro pouco ou nada nos importa. Estamos cada vez mais preocupados e empenhados em projetar e alcanças um futuro promissor, e não nos perguntamos, por vezes não fazemos nada para ajudar o outro a também alcançar um futuro positivo.

O consumismo aparece ao lado do individualismo, enquanto estamos preocupados em consumir, em desfrutar de tecnologias cada vez mais avançadas, enquanto estamos preocupados em consumir os produtos sempre atualizados que o mercado nos oferece, não percebemos ou não queremos perceber a desigualdade social que se acentua cada dia mais.

Nesse emaranhado de relações contraditórias, a modernidade arranja soluções e provoca a própria crise, isso nos mostra a quão contraditória é a sociedade.

Uma sociedade que vivencia uma modernidade questionável, uma sociedade onde muito nada tem, e poucos desfrutam de suas benéficas.

Ao mesmo tempo que temos a falsa impressão que o mundo está progredindo, se desenvolvendo, se modernizando, vivemos em um mundo marcado por angustias, por precariedade econômica, ecológica, social.

E onde está o desenvolvimento, o progresso? Certamente eles existem em alguma medida, afinal não podemos negar o quanto setores como a ciência, a medicina, por exemplo, vem avançando e ajudando a sanar problemas que até então não eram possíveis de serem solucionados.

Entretanto esses avanços não estão acessíveis para todos, e quando estão, sabemos da burocracia, morosidade que se tem de enfrentar para acessá-los.

É nesse sentido, é diante dessas problemáticas que questionamos, que colocamos em pauta a noção, o modo como lidamos e enxergamos o presente.

O presente é frágil, é contraditório, o presente ao mesmo tempo que se mostra positivo para alguns se mostra angustiante para outros. O presente é uma via de mão dupla, e demos estar atentos para refletir e atuar diante a essas nuances.

1.1: A ideia de desenvolvimento e suas contradições:

Vimos no tópico anterior o quanto o presente é contraditório, o quanto ele por vezes se apresenta como um campo sólido, mas, contraditoriamente o presente está imerso em angustias e precariedades.

Agora passaremos a lidar com mais ênfase com a questão do desenvolvimento, observando a ideia que o termo pressupõe e o modo como essa noção é contestada por vivências sociais. Diante disso, MORIN, nos indica que:

A noção de desenvolvimento engloba os múltiplos desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida, a redução das desigualdades, a paz, a democracia. Presume-se que a locomotiva do desenvolvimento tecoconômico é compatível com as ditaduras nas quais a escravização dos trabalhadores, e a repressão policial se destacam, como foi o caso do Chile e no Brasil, como demonstra o hiperdesenvolvimento atual da China. (MORIN, 2015, p 27)

O autor nos indica que a ideia de desenvolvimento como um termo geral, engloba uma serei de outros desenvolvimentos, que se daria por exemplo em diversos setores sociais.

Esses “desenvolvimentos”, gerariam a melhoria geral das condições de vida, as desigualdades sociais diminuiriam, a paz e a democracia seriam então inerentes a sociedade desenvolvida.

Porém MORIN nos alerta para a outra face do desenvolvimento, de acordo com o autor a locomotiva do desenvolvimento, é semelhante com a base de ditaduras.

Ao dizer isso o autor nos instiga a pensar no que é uma Ditadura, um sistema ditatorial, sabemos que esse processo histórico é marcado por violências, violências que não se resumem a violência física, mas perpassam também por violências simbólicas.

Nas ditaduras a repressão é uma constante, repressão a meios de comunicação, repressão a posicionamentos políticos que destoem do posicionamento pregado pelos ditadores, dentre outros.

Além disso, a escravização dos trabalhadores, sob a qual MORIN chamou nossa atenção, também é uma das características dos sistemas ditatórias.

Escravização está que por vezes não se dá de forma escancarada, é uma escravidão velada, mascarada pela máscara da democracia e da liberdade.

A escravização de trabalhadores por vezes passa despercebida a nossos olhos, porém se refletirmos um pouco sobre a situação da classe trabalhadora na sociedade contemporânea veremos alguns de seus aspectos.

De fato, não estamos falando de uma escravização tal qual a escravização vivenciada por trabalhadores na época da colonização do Brasil.

Me refiro a uma escravidão que perpassa por longas jornadas de trabalho, por um salário que não é suficiente para sanar as necessidades de uma família durante um mês, e poderíamos citar inúmeros outros exemplos de precariedade social, que relembrar aspectos da escravização dos trabalhadores.

Além disso a repressão policial é outro aspecto que foi fortemente vivenciado nos processos ditatoriais, e ainda é fortemente vivenciado na nossa sociedade atual.

Não é raro vermos elementos que condizem com uma repressão social cada vez mais intensa, não é raro vermos nos noticiários ações policiais que denotam o abuso do poder, o preconceito por parte de alguns sujeitos que compõe esse grupo, e por vezes as mortes, vidas que são levadas pelos mesmos motivos, preconceito social, de cor, de gênero.

A repressão social está a nossa porta, e cada vez mais temos que lidar com ela, ainda que não seja de forma direta, mas digerindo, ou tentando digerir ações repressivas, contraditórias.

Diante do exposto, faço agora o seguinte questionamento, esses são aspectos de uma sociedade desenvolvida? Onde podemos observar desenvolvimento, levando em consideração o que expus até o momento?

Como foi dito no tópico anterior, não estou negando que a sociedade vivencia aspectos do desenvolvimento tecnológico, científico, entretanto, esses aspectos andam lado a lado com aspectos que nada tem de compatível com uma sociedade desenvolvida.

O desenvolvimento deveria trazer benefícios a sociedade de forma geral, deveria proporcionar a todos os sujeitos sociais as mesmas oportunidades, o conhecimento possível através do desenvolvimento deveria expandir o entendimento do ser humano reduzindo ou mesmo acabando com os preconceitos sociais.

Infelizmente não é isso que acontece, a sociedade supostamente desenvolvida está cada vez mais retrograda e agora sim, me refiro ao sentido pejorativo da palavra, pois nesse contexto, estamos experimentando dinâmicas similares a dinâmicas já vivenciadas e que deveriam ser exterminadas da sociedade.

O crescimento é concebido como motor infalível do desenvolvimento, e o desenvolvimento como motor evidente e infalível do crescimento. Ambos os termos são simultaneamente fim e meio um do outro. Por isso como afirmou Kenneth Boulding, citei em epígrafe “qualquer um que acredite que um crescimento exponencial pode durar para sempre num finito, ou é um louco ou um economista”. Foi calculado que se a China alcance a taxa de três automóveis para cada quatro habitantes, como é o caso hoje nos Estados Unidos, isso representaria 1,1 bilhão de automóveis, enquanto o planeta conta atualmente com 800 milhões de veículos e a infraestrutura necessária (redes rodoviárias, estacionamentos) ocuparia uma superfície mais ou menos igual àquela que é usada na cultura do arroz. (MORIN, 2015, p 28)

Crescimento e desenvolvimento são noções que se complementam, são base um do outro.

MORIN em diálogo com Kenneth Boulding, nos indica que o crescimento não pode durar para sempre, o crescimento não é finito, e cita o exemplo da produção/compra de carros na China, para mostrar que em certo momento o crescimento em determinadas áreas precisa ser freado, pois se ele continuar, vai acarretar em problemas para outros setores da sociedade.

Desse modo, vemos mais uma vez a contradição, a medida que o crescimento é necessário ele também precisa acontecer de forma controlada, para que não se torne um incômodo social.

Obviamente estou me baseando no exemplo dos carros na China, em outros setores, na saúde, no meio científico por exemplo, essa frenagem não se faz necessária, ao contrário, precisamos cada vez mais que esses setores cresçam, se desenvolvam.

Balizados por essas indicações pensaremos agora nos problemas sociais causados por meio do desenvolvimento:

O desenvolvimento criou novas corrupções nos Estados, nas administrações, e nas relações econômicas. Destruiu as solidariedades tradicionais sem criar novas, dando origem a multiplicação de solidões individuais. Ao desenraizar e criar guetos ele provou um crescimento da criminalidade encorajada pela formação de gigantescas máfias internacionais. Nesse sentido, o desenvolvimento é antiético. Enfim, ele criou enormes zonas de miséria fato testemunhado pelos desmesurados centuriões de periferias empobrecidas que circundam as megalópoles da Ásia, da África e da América Latina. (MORIN, 2015, p 29)

O desenvolvimento deveria se constituir como algo positivo para a sociedade, deveria ser algo que impulsionasse a busca por parte de governantes por melhorias sociais.

Entretanto de acordo com MORIN, o desenvolvimento gera novas corrupções. O desenvolvimento, traz crescimento, impulsiona e economia, e diante disso, alguns governantes ao invés de se preocupar com o bem-estar social, preocupam-se muito mais como o seu próprio bem-estar, usando da corrupção para atingir seus objetivos.

Isso é antiético, por esse viés o desenvolvimento é antiético, e acrescento, por esse viés o desenvolvimento se torna algo deplorável e precário.

As redes de solidariedade foram destruídas, e no seu lugar não foram dinamizadas outras formas de entrelaçar a sociedade de uma maneira solidaria.

A solidariedade deu lugar ao individualismo, ao consumismo, substituiu o nós, pelo eu. Estamos cada vez mais individualistas, cada vez nos preocupamos menos com o outro, estarmos bem é o que importa.

A medida que ficamos cada vez mais individualistas, estamos cada vez mais solitários. Estamos presos em nossas casas, com nossos aparelhos cada vez mais tecnológicos, estamos cada vez mais presos em uma espécie de mundo individual que criamos e esquecemos de nos relacionar com o outro, nos esquecer de olhar para as necessidades do outro, estamos cada vez menos preocupados com os limites que nos diferenciam do outro.

Diferenciação que não é de cor, de gênero, mas sim de condições sociais, de acesso a direitos sociais.

O desenvolvimento, ou melhores pessoas que se utilizam do desenvolvimento para justificar suas ações, expulsaram pessoas de seus lares, de seus Países, estes tiveram que deixar seus lares, suas nações e rumar para outros destinos em busca de uma melhora em suas vidas.

Porém, essa busca nem sempre é bem-sucedida, por vezes esses sujeitos tem as ruas como seu abrigo, formam guetos, fomentam assim a criminalidade.

Não estou dizendo que essas pessoas são responsáveis pela criminalidade, o que quero dizer é que as condições á que elas são por vezes submetidas impulsiona suas ações, ações que nem sempre condizem com as normas sociais, mas que por vezes nos mostram a quão desigual e predatória é nossa sociedade, exemplo disso é a modificação das relações vivenciados no campo, por exemplo:

O abandono das culturas alimentares em prol das monoculturas industrializadas de exportação expulsa os pequenos agricultores ou artesões, que, ao disporem de suas policulturas ou de seus instrumentos de trabalho, desfrutavam de uma relativa autonomia, transformando sua pobreza em miséria nas periferias empobrecidas das megalópoles. Um relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento, publicado em 2003, mencionava 54 países que se tornaram mais pobres do que em 1990- a expectativa de vida baixou em 36 deles. Quem foi que disse “o desenvolvimento é uma viagem que conta mais naufragos do que passageiros...?”. Por outro lado, o desenvolvimento instaura um modo de organização da sociedade e das mentes em que a especialização compartimentaliza os indivíduos uns em relação aos outros, não dando a nenhum deles senão uma parte limitada das responsabilidades. Em razão desse fechamento, perde-se de vista o conjunto, o global e com isso a solidariedade. Sem contar que a educação hiperespecializada substitui as antigas ignorâncias por uma nova cegueira; essa cegueira é alimentada pela ilusão de que a racionalidade determina o desenvolvimento confunde racionalização tecnoeconômica e racionalidade humana. (MORIN, 2015, p 29-30)

Se antes as culturas eram voltadas para as necessidades familiares, sendo que só o excedente, caso houvesse eram vendidos, ou trocados por outros produtos, com a chegada do desenvolvimento os cultivares passam a ser produzidos em larga escala, objetivando a comercialização.

Essa dinâmica cada vez mais intensa, expulsa os pequenos agricultores e artesões do lugar em que até então vivam. Os pequenos agricultores e artesões, não conseguem competir e se manter no campo com a expansão dos grandes proprietários, com a instalação de indústrias, dentre outros.

Se os pequenos agricultores e artesões tinham certa autonomia, essa autonomia do lugar a incertezas, incertezas quanto a sua permanência no campo, quanto a manutenção de suas vidas e de suas famílias.

Esses sujeitos formam também as periferias, vivenciando nelas, condições precárias. Chama atenção o relatório do ano de 2003, produzido através das Nações Unidas, o qual citava que 54 países ficaram mais pobres.

Se 54 países ficaram mais pobres do que eram em 1990, onde está o desenvolvimento?

Esse elemento enfatizado por MORIN, nos leva a mais uma vez indicar a contradição e a perversidade do desenvolvimento, que é vivenciado de forma desigual. Nesse sentido, é necessário que articulemos formas para que o desenvolvimento possa ser benéfico, para que o desenvolvimento seja vivenciado por todos os sujeitos que formam a sociedade.

Vimos no tópico anterior o quão contraditório é o processo de desenvolvimento, agora passaremos a discutir os meandros pelos quais perpassa a ideia de tornar possível, formas de desenvolvimento sustentável, para isso teremos como base teórica as reflexões empreendidas por José Eli da Veiga, de acordo com ele:

Por isso, em última instância, o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção e um projeto. Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Tudo indica que a idéia do desenvolvimento não perderá a sua centralidade nas ciências sociais do século que se inicia. Mais do que nunca precisamos enfrentar as abismais desigualdades sociais entre nações e dentro das nações e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis e deletérias. (VEIGA, 2005, p 2014)

O desenvolvimento está relacionado a cultura, pois é através da cultura que se constroem projetos de desenvolvimento social.

No entanto, essa cultura é constantemente influenciada por elementos que derivam da ideia de desenvolvimento, nesse sentido, noções como as de individualismo, consumismo, minam a cultura da solidariedade por exemplo, e os projetos colocados em

prática expressam esse posicionamento individual e consumista tido por diversos sujeitos sociais.

Nesse contexto VEIGA nos alerta para a relação entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento ecológico, não podemos conceber em separada do desenvolvimento ecológico.

Assim, “A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. VEIGA, 2005, p 214)

A sustentabilidade, a efetivação de um desenvolvimento sustentável só poderá acontecer quando nos atentarmos para a necessidade de aliar o cuidado, proteção, ao meio ambiente, ao setor econômico, sem esquecer das desigualdades sociais.

No entanto, a problemática do desenvolvimento passou de moda e o seu status acadêmico é cada vez mais marginal. As razões são múltiplas. A teologia do mercado, que faz hoje a cabeça de muitos economistas, torna redundante o conceito de desenvolvimento. Por sua vez, os adeptos da ecologia profunda teimam em considerar o crescimento econômico como um mal absoluto, quaisquer que sejam as suas modalidades e os usos sociais do seu produto. Por fim existem os desencantados do desenvolvimento, que apontam o fracasso bastante geral das políticas que se reclamavam do desenvolvimentismo para justificar o abandono puro e simples do conceito do desenvolvimento, visto por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países periféricos. (VEIGA, 2002, p 214, 2015)

VEIGA, nos fala sobre a necessidade de retomarmos as discussões sobre o desenvolvimento, os debates sobre o desenvolvimento precisam voltar a fazer parte dos debates, pesquisas acadêmicas.

O desenvolvimento não é um conceito que carrega em si um fim próprio, o desenvolvimento não é um processo, uma prática, ou ação social imutável, ele é um processo contraditório e discussões sobre as tramas pelas quais ele se faz, merece ser levada para o debate, merece investidas de pesquisa que tragam para pauta reflexiva a necessidade de pensarmos formas de sustentabilidade social, ecológica, econômica.

Não podemos deixar que essas discussões sejam deixadas de lado, não podemos deixar que elas caiam na marginalidade, é para a necessidade de trazê-las novamente ao centro de discussões, que o autor busca instigar.

Do mesmo modo, VEIGA chama nossa atenção para o cuidado que devemos ter ao refletir sobre o desenvolvimento, não podemos tornar nossas discussões redundantes, e também não podemos atribuir ao desenvolvimento todo o mal social.

Fazer isso seria no mínimo um ato leviano de nossa parte, o desenvolvimento não é responsável pelas desigualdades sociais, econômicas, o desenvolvimento por si só, não é responsável por problemas ecológicos, dentre outros.

Afinal, o desenvolvimento não é um ser vivo que sai por aí, devastando o ecossistema, por exemplo.

O que estamos questionando e chamando a atenção para as deficiências, é para o mal-uso que se faz dos elementos possibilitados pelo desenvolvimento.

Já falamos em tópicos anteriores sobre os avanços científicos que são cada vez mais necessários na nossa sociedade, o desenvolvimento tem aspectos positivos, benéficos, entretanto precisamos utiliza-lo de forma sustentável, devemos nos atentar para a sustentabilidade social, para que assim o desenvolvimento seja vivido de acordo que a definição do termo propõe. Desse modo:

O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do processo e da mudança eu provocam. (VEIGA, 2005, p 85)

O processo de desenvolvimento pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade, e um deles é a possibilidade que dá para a expansão das capacidades humanas.

Ao expandir nossas capacidades, ao expandir nosso modo de olhar o mundo, a sociedade, o dia a dia, as relações que construímos em sociedade, temos também a possibilidade de agir sobre elas e desse modo melhorar nossas condições.

Essa expansão de capacidade deve ser entendida como o alargar do olhar, da mente, o alargar do olhar crítico, que visualiza problemas e age sobre eles.

Podemos assim, fazer nossas escolhas, escolher de acordo com o que julgamos ser o certo, pois temos bases políticas e teóricas para fazer isso.

Somos agentes de todos os processos históricos, assim como nossos antepassados foram agentes dos processos históricos que vivenciaram, e ao ser agentes, somos sujeitos ativos dos processos sociais, e é diante disso, que devemos atuar visando a sustentabilidade.

Só uma verdadeira solução global poderia garantir um futuro humano e sustentável, afirma o Global Scenario Group. E ela exigiria que a formulação das políticas públicas assumisse desde já as escalas da humanidade e da biosfera. Mas não se deve esquecer que também tendem a crescer os anseios de uma relação saudável com a natureza, as rejeições, às extravagâncias consumistas, as ressurreições de lados comunitários e, sobretudo, as tentativas de encontrar mais sentido para a vida humana. ” (VEIGA, 2005, p 151)

Ainda que seja muito válido, não basta tomarmos medidas individuais para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, para conseguirmos a preservação do meio ambiente.

São necessárias medidas globais, medidas que envolvam cidadãos do mundo como um todo, não estamos negando a importância, relevância de medidas individuais, mas como vimos ao longo desse trabalho o individualismo não é melhor opção para a sustentabilidade para o viver social.

Devemos manter uma relação saudável com a natureza, com a sociedade. Devemos nos atentar para o quanto precisamos da solidariedade para construir uma sociedade sustentável, justa e igualitária. O autor ressalta ainda mais alguns aspectos referentes ao meio ambiente:

O desgaste da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa e as perdas de biodiversidade são problemas globais em sua própria gênese e âmago. São três questões que explicam o cerne dos conflitos sociais sobre a sustentabilidade. Este cerne reside na dificuldade de, preservar e expandir as liberdades substantivas de que as pessoas hoje desfrutam sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem de liberdade semelhante ou maior. [...]Só uma verdadeira solução global poderia garantir um futuro humano e sustentável, afirma o Global Scenario Group. E ela exigiria que a formulação das políticas públicas assumisse desde já as escalas da humanidade e da biosfera. Mas não se deve esquecer que também tendem a crescer os anseios de uma relação saudável com a natureza, as rejeições, às extravagâncias consumistas, as ressurreições de lados comunitários e, sobretudo, as tentativas de encontrar mais sentido para a vida humana. ” (VEIGA, 2005, p 146-151)

São várias as perder que a biodiversidade vem sofrendo, e essas perdas não estão restritas a uma ou outra região do globo terrestres, são percas, problemas globais. Do mesmo modo que as soluções para o mesmo devem ser pensadas, discutidas em um contexto global.

O autor nos fala sobre os três motivos diante dos quais ele acredita que estejam plantadas as dificuldades frente o alcançar da sustentabilidade, e um desses motivos é nossa própria liberdade, diante da qual desfrutamos de alguns benefícios mas vivemos presos a normas, padrões sociais e determinações.

Nesse contexto, devemos articular formas para que as próximas gerações desfrutem não apenas de um nível de liberdade tal qual nós experimentamos, mas, maior.

Do mesmo modo, devemos deixar para as próximas gerações um mundo sustentável, uma sociedade solidaria, e só conseguiremos isso começando a mudar nossas atitudes, posicionamentos sócias, políticos e econômicos em nível global.

Ao longo desse trabalho refletimos sobre questões que são contemporâneas a nós.

Falamos sobre a noção que temos do presente, e vimos o quanto essa noção se faz num campo frágil e complexo, ainda que por vezes sejamos levados a acreditar que temos controle do momento que estamos vivendo.

O presente é construído e vivenciado de formas diversas, e o presente longe de ser algo imutável, está a todo momento sofrendo mutações frente as quais temos que nos moldar.

Falamos ainda sobre aspectos ligados ao desenvolvimento e suas contradições.

Por fim, pensamos um pouco sobre a ideia e sobre como é possível colocar em pratica um desenvolvimento sustentável.

Diante a tais problemáticas, fecho esse trabalho com mais indagações do que conclusões, afinal esse é um pequeno esforço, uma pequena contribuição reflexiva que visa trabalhos posteriores, onde possamos discutir com mais profundidade as temáticas que foram aqui brevemente abordadas.

Nesse sentido, entendo que o processo histórico é um constante movimento marcado por transformações, embates, limites, contradições, e construção de novas possibilidades.

Logo, devemos atuar para que nossa sociedade passe de uma sociedade individualista, consumista, marcada pelo isolamento de classes sociais, pela angustia que o sistema capitalista nos impõe, para uma sociedade sustentável e desenvolvida, tal como a ideia de desenvolvimento busca se apresentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho enfatiza a necessidade de se compreender melhor a Proteção Social Especial de Média Complexidade, e o trabalho realizado no decorrer de cada etapa, espera-se identificar as demandas frente o atendimento à população em situação de rua, será possível através da pesquisa conhecer o trabalho dado ao exercício profissional, e os demais órgãos da rede de proteção social. As percepções obtidas através do estágio e contato direto, contribuindo para o correto direcionamento do projeto. Diante das limitações encontradas, está o acesso a estes profissionais, que se encontram com um volume muito grande nos atendimentos e busca ativa, nos espaços de atuação e acolhimento.

Uma outra dificuldade se dá pelos poucos materiais e referências disponíveis, que discutem sobre este serviço específico voltadas a População em Situação de Rua.

As demais relevâncias desse estudo acarretam a necessidade de Serviço Assistenciais, que propiciam o estabelecimento de vínculos e relações sociais, desse modo ressalta-se a importância de alternativas com um maior alcance em respostas as demandas da sociedade. Espera-se que este estudo sirva de base/complemento para novas pesquisas, que discutem as percepções e desafios no campo de atuação destes profissionais, tendo como via de aprendizado o referencialmente realizado pelo SEAS aos Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e nos Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop).

Pessoas que passam as noites dormindo nas ruas, sob marquises, em praças, embaixo de viadutos e pontes são consideradas pessoas em situação de rua. Além desses espaços, também são utilizados locais degradados, como prédios e casas abandonados e carcaças de veículos, que têm pouca ou nenhuma higiene.

Os “moradores de rua” são um grupo heterogêneo, isto é, pessoas que vêm de diferentes vivências e que estão nessa situação pelas mais variadas razões.

Há fatores, porém, que os unem: a falta de uma moradia fixa, de um lugar para dormir temporária ou permanentemente e vínculos familiares que foram interrompidos ou fragilizados. As características citadas, foram conceituadas em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Social como os fatores intrínsecos à

condição de rua e constam na Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Diferenciação que não é de cor, de gênero, mas sim de condições sociais, de acesso a direitos sociais.

O desenvolvimento, ou melhores pessoas que se utilizam do desenvolvimento para justificar suas ações, expulsaram pessoas de seus lares, de seus Países, estes tiveram que deixar seus lares, suas nações e rumar para outros destinos em busca de uma melhora em suas vidas. Porém, essa busca nem sempre é bem-sucedida, por vezes esses sujeitos tem as ruas como seu abrigo, formam guetos, fomentam assim a criminalidade. A equipe de referência deve exercer uma escuta qualificada, procurando entender a complexidade da situação, identificando vulnerabilidades e fazendo os encaminhamentos necessários para que, por exemplo, desemprego, fome e falta de moradia sejam superados.

Em muitos casos, são identificados direitos como Bolsa Família ou BPC (Benefício de Prestação Continuada). Há, inclusive, divulgação de vagas, auxílio na elaboração do currículo e, finalmente, conquista de um emprego. Oficinas e encontros também são disponibilizados pelo Centro POP para trazer à tona reflexões e trocas de experiências com outros usuários. Ao atender as necessidades básicas, resgatar os direitos violados e viabilizar a utilização de outros serviços públicos para as pessoas em situação de rua, o Centro POP amplia a inclusão social e econômica dessa população. As transformações positivas ocorrem, tanto externa, quanto internamente. Os usuários, além de adquirirem dignidade por meio de roupas limpas e refeições, passam a planejar sua vida, buscar emprego, educação e reinserção na sociedade. Tudo isso é fundamental para o combate à extrema pobreza no País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Manual Sobre o Cuidado Junto a População em Situação de Rua**. Serie A normas e manuais técnicos. Brasília, DF.2012. Acesso em 02 de maio de 2021

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: Trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro:FIOCRUZ,1999.

GUERRA, YOLANDA. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2. Ed. revista- São Paulo, Cortez 1999. Acesso em 4 de abril de 2021

GREGORI, R. C. *Governança e Capacidades Estatais: uma análise comparativa de programas federais*. Revista de Sociologia e Política 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983. PARTE II – ASPECTOS DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL(1930 1960).Disponível em:<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABS4MAI/iamamoto>. Acesso em: 25/07/20.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Os espaços sócios Ocupacionais do assistente social*. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CEFESS e ABEPSS, Brasília: 2009.

JUNIOR, Saule. *Comitê de Direitos Humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas que analisa a cada cinco anos relatórios apresentados pelos Estados membros sobre medidas adotadas para a implementação e condições gerais dos direitos humanos no país*.1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. *O Sujeito (oculto) e a cidade; A arte de Wodiczko*. São Paulo: IDE, 2008 v.31, n.46. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n46/v31n46a20.pdf>. Acessado em 22/07/21.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA – MNPR. *4º Festival do Lixo e Cidadania*, Belo Horizonte, 2005.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. et alli. A assistência social na trajetória das políticas sociais: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1996 Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. Serviço Social e Sociedade 77. Cortez editora. São Paulo. Março, 1998.

COUTINHO, Dalsiza Cláudia Macedo, ALVES, Giséli Ferreira, SANTOS. Rosemeire dos Santos. Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social. In: O Social em Questão - Ano XXIII - nº 47 - Mai a Ago/2020.

DALLABRIDA, Emanuel Cristiano; GONÇALVES, Claudia Maria; PIOVESAN, Tenile Rieger. Análise Comparativa da Eficiência em Lâmpadas Incandescentes, Fluorescentes e Led. Salão do Conhecimento, Relatório Técnico Científico; 23º Seminário de Iniciação Científica. IJUI-RS<<https://www.unijui.edu.br>> Acesso em: julho de 2021.

EPE, Empresa de Pesquisas Energéticas, Anuário Estáticos de Energia Elétrica 2020, Disponível em: <<http://www.epe.gv.br>>. Acesso em: abril de 2021.

Fundamentos em gestão ambiental [recurso eletrônico] / organizadora Marlise Amália Reinehr Dal Forno ; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – D ados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 86 p.: pdf

INMETRO, Programa Brasileiro de Etiquetagem, Brasília, DF, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www2.inmetro.gov.br/pbe/conheca_o_programa.php>.

MORIN, Edgar. A via para o Futuro da Humanidade. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco 2 edição –Rio de Janeiro- Bertrand Brasil, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. 80 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: a certeza na frente a história na mão. Revista Serviço Social e Sociedade nº 128. Cortez. São Paulo 2017.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos. TEJADAS, Silvia da Silva. Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico. 22 de fevereiro, 2021.

LAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Serviço Social; pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a las técnicas de investigación social: para o trabajadores sociales. 7ª. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010.

BUSSINGER, Vanda V. Fundamentos dos Direitos Humanos. Serviço Social e Sociedade, nº53-ano XVIII. 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais.

CAVALCANTE, Deborah Cristina de Jesus. A operacionalização da Assistência Social: uma análise a partir da gestão do Sistema Único de Assistência Social/SUAS no município de Manaus-AM / Déborah Cristina de Jesus Cavalcante. - Manaus: UFAM, 2012. 265 f.; il. color Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2012

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo, Cortez, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

GARCIA, Etelvina. Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios. Manaus, Norma / Suframa, 2004.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1969.

GUGEL, Maria A. Pessoas com deficiência e emprego públicos, Administração direta e indireta. 2ª ed.rev.- Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e

Formação Profissional. 3ª ed, São Paulo, Cortez, 2000.

JANUZZI, G. M. A. educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, Autores Associados, 2004.

LAURELL, Asa Cristina. “Avançando em direção ao passado: A Política Social do Neoliberalismo”. Estado e Políticas no Neoliberalismo. São Paulo, Cortez, 1995.

Lei nº 7853/89 e o Decreto nº 3298/99 demarcam a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.

LUCKESI, Cipriano Carlos, Filosofia da Educação, Cortez Editora, São Paulo, 2003.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MAIOR, Izabel de L. Obrigações Gerais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – versão comentada. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, Brasília, 2008.

80

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011

MINAYO, MCS. Organizadores. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7ªed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes; 1994.

MOUSSATCHÉ, A.H. Diversidade e processo de integração.In: Mantoan, M.T.E. (et col.). A integração de pessoas com deficiência; contribuições para uma reflexão sobre o tema (pp.10-12). São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Lei de cotas. 2ª ed. Brasília: MTE, 2007.

POSTIC, Marcel. A relação pedagógica. 2a ed. Coimbra, Portugal: Editora Coimbra

Ltda., 1990 (Coleção psicopedagogia).

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Relatório Mundial sobre deficiência/ world Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos . São Paulo: SEDPCD, 2012

Resolução nº 1, de 15 de Outubro de 2010, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE.

Resolução nº27, Brasília, 2005. Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas;

colaboradores Jose Augusto de Souza Peres.(et al.). 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SASSAKI, Romeu K. Termologia sobre Deficiência na Era da Inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5 nº 24, 2002. Brasília, 2002

ALMEIDA, M. F. O. Deficiência Múltipla. Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/deficienciamultipla/57024>>

Acesso em: 26 de maio de 2018.

APAE BRASIL. APAE Brasil – Federação Nacional das APAES. Disponível em:

<<http://apae.com.br/>> Acesso em: 23 de maio de 2018.

BRASIL, Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004 – DOU de 3/12/2004.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-

2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70 . Acessado em 28/12/2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (Fenapaes). Educação Profissional e

Trabalho para pessoas com Deficiências Intelectual e Múltipla. Brasília, DF:

FENAPAES. 2007.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/Seesp, 1994.

ENGLER, Helen Barbosa Raiz, FREITAS, Tais Pereira de. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0032.pdf>

SILVA, Adilson Florentinoi da. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais : deficiência física. Brasília : Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, Yara Cristina Romano. Deficiência múltipla: conceito e caracterização.

Anais Eletrônico VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica

Cesumar. CESUMAR – Centro Universitário de Maringá. Editora CESUMAR Maringá

– Paraná, 2011.

HELOISA, Regina, Trabalho Belém – Pará Universidade da Amazônia – UNAMA

200103/leis/L9394.htm> Acesso em: 15 ago. 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo: Pioneira, 1992.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1992.

Platão; A República; Martin Claret; São Paulo: 2001.

43

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Tradução de Ricardo Rodrigues da Gama. 1ª ed. São Paulo: Russel, 2010.

SALAMANCA. A Declaração de Salamanca sobre Princípios: Política e Prática em Educação Especial. Salamanca, Conferência Mundial sobre Necessidades em Educação Especial, 1994.

SCHIMIDT, Mario. Nova história crítica. 7ª Ed.;- São Paulo, 2003

VIEIRA, Carlos Alberto Komora. Entidades Filantrópicas: um patrimônio a preservar.

(In) Mensagem da APAE. Federação Nacional das Apaes (Fenapaes). Ano 20 – nº 72.

Brasília/DF-FENAPAEs, 199

Serviço social, trabalho e direitos / organizado por Francisco Henrique da Costa Rozendo ... [et al.]. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2014. 384 p. ISBN 978-85-61346-59-1 1. Formação Profissional 2. Política Social 3. Profissionalização do trabalho I. Rozendo, Francisco Henrique da Costa II. Silva, Marcela Mary José da III. Souza, Sílvia Cristina Arantes de IV. Miranda, Valéria dos Santos Noronha V. Penteado Júnior, Wilson Rogério. p 78-79.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Porto Alegre, 2006.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília. 2006.

YASBEK, Maria. Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

Rua: desafio às políticas públicas brasileiras. Porto Alegre 2009. Acesso em 04 de abril de 2021. DECRETO Nº 7,053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Ru, e seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Acesso em: 12 de abril de 2021.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL03/_Ato20072010/2009/Decreto/D7053.

MOREIRA, S.” Os ditos sem” acesso à saúde da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica do Salvador; Superintendência de Pesquisa e Pós Graduação, p.224.2014. Acesso em: 25 de abril de 2021.

PAULON, A.; NASCIMENTO, J. V.; LARUCCIA, M. M. **Análise do Discurso:** Fundamentos Teórico-Metodológico. Revista Diálogos Interdisciplinares, vol. 3, nº.1, p. 25 – 45, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem Saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. Brasília: Ícone Gráfica e editora 2009. Acesso em 01 de abril de 2021.

Política Nacional para População em Situação de Rua. Decreto nº7,053 de 2009.

Acesso em 21 de maio de 2021

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA-** Centro POP.

Disponível em <http://www.sedes.df.gov.br/centro-pop/>. Acesso em 2 de abril de 202

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável –desafio do século XXI Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

VIANA, Augusto Nelson Carvalho. Et al. Eficiência Energética: Fundamentemos e Aplicações. 1ª Edição, Campinas: 2012.